

VICTOR MARQUES DE ARAÚJO SILVA

**A GESTÃO DE EMPREEDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS
IMPACTOS PARA SUSTENTABILIDADE:
UM ESTUDO DE CASO NA REDE XIQUE XIQUE**

NATAL

2013

VICTOR MARQUES DE ARAÚJO SILVA

**A GESTÃO DE EMPREEDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS
IMPACTOS PARA SUSTENTABILIDADE:
UM ESTUDO DE CASO NA REDE XIQUE XIQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PEP/UFRN), com parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção. Linha de pesquisa: Ergonomia, Engenharia do Produto e Engenharia da Sustentabilidade.

Orientação: Profa. Dra. Cíliana Regina Colombo

Co-orientação: Profa. Dra. Sandra Rufino Santos

NATAL

2013

UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede.
Catalogação da Publicação na Fonte.

Silva, Victor Marques de Araújo.

A gestão de empreendimentos da agricultura familiar e os impactos para sustentabilidade: um estudo de caso na rede xiqueXique. / Victor Marques de Araújo Silva. – Natal, RN, 2013.

71f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Ciliana Regina Colombo.

Co-orientadora: Profa. Dra. Sandra Rufino Santos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção.

1. Agricultura sustentável - Dissertação. 2. Sustentabilidade - Dissertação. 3. Agricultura - Dissertação. 4. Rede XiqueXique - Dissertação. I. Colombo, Ciliana Regina. II. Santos, Sandra Rufino. III. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. IV. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 631-022.316

VICTOR MARQUES DE ARAÚJO SILVA

**A GESTÃO DE EMPREEDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS
IMPACTOS PARA SUSTENTABILIDADE:
UM ESTUDO DE CASO NA REDE XIQUE XIQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PEP/UFRN), com parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção. Linha de pesquisa: Ergonomia, Engenharia do Produto e Engenharia da Sustentabilidade.

Orientação: Profa. Dra. Ciliana Regina Colombo

Co-orientação: Profa. Dra. Sandra Rufino Santos

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ciliana Regina Colombo - UFRN
Orientadora

Profa. Dra. Sandra Rufino Santos – UFRN
Co-orientadora

Prof. Dr. Mario Orestes Aguirre Gonzales - UFRN
Membro

Prof. Dr. Thiago Ferreira Dias - UFERSA
Membro

NATAL

2013

AGRADECIMENTOS

Nestes momento tão importante de minha vida não poderia deixar de agradecer às pessoas que de maneira direta ou indireta contribuíram para a superação dessa etapa:

A meus pais, Edvaldo e Edna, pelo amor incondicional e por serem os principais responsáveis por esta e qualquer outra conquista que eu venha a alcançar;

A minha irmã por estar sempre a meu lado, compartilhando todos os momentos;

A minha companheira, Natália, com quem escolhi dividir as alegrias e os fardos da vida, pela força, apoio, amor, paciência e carinho;

A todos os meus professores, que influenciaram minha vida de forma positiva, em questionar, ser paciente e enérgico, e nunca desistir de um sonho.

As minhas orientadora, Ciliana Regina Colombo, e co-orientadora, Sandra Rufino Santos, pela enorme paciência, compreensão, carinho e cuidado, que demonstram todos os dias exemplos que devem ser seguidos e inspiram minha busca por novos desafios;

Aos amigos queridos, que sempre representaram uma família a parte, com quem sempre pude contar e por diversas vezes foram meus professores e mentores.

Por fim, agradeço àqueles com quem pude me inspirar e engrandecer, que lutam diariamente por uma outra sociedade, mais justa e igualitária, que hoje representam os heróis com que sonhava quando criança, a todos da Rede Xique Xique, um grande obrigado.

RESUMO

Devido às rápidas transformações ocorridas no planeta, a população mundial tem aumentado o nível de cobrança de seus governos e demais organizações por um modelo de sociedade mais sustentável, que se baseie em convivência igualitária e vida saudável. No Brasil, a Agricultura Familiar se apresenta como uma alternativa para este paradigma, quando as pequenas produções se apresentam mais distributivas e com caráter mais solidário e preservacionista. Este trabalho trata da pesquisa desenvolvida com um empreendimento da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte. Buscou-se conhecer as práticas que geram impactos sobre a Sustentabilidade. Para tanto, foi realizado um estudo de caso com a Rede Xiquexique de Comercialização Solidária, onde foram observadas características da gestão utilizadas nesse coletivo. A pesquisa foi realizada através de grupos focais e entrevistas individuais com os atores da Rede que participam do seu grupo gestor. Apesar das dificuldades encontradas em estabelecer uma dinâmica de manutenção da Rede Xiquexique, em especial as dificuldades financeiras e de organização, três características foram evidenciadas com maior impacto a Sustentabilidade: participação coletiva, formação continuada e independência dos núcleos.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Agricultura, Rede Xique Xique

ABSTRACT

Due to the rapid changes occurring on the planet, the world population has increased the level of recovery of their governments and other organizations for a more sustainable model of society, which is based on egalitarian coexistence and healthy living. In Brazil, family farming is presented as an alternative to this paradigm, when small productions present more distributive and a more supportive and preservationist. This paper deals with a research project developed the family farm in the state of Rio Grande do Norte. Aimed to investigate the practices that generate impacts on sustainability. Therefore, we conducted a case study with the Solidarity Network Marketing Xiquexique where noted management features used in this collective. The survey was conducted through focus groups and individual interviews with the actors of the network that participate in its management group. Despite the difficulties encountered in establishing a dynamic maintenance of Network Xiquexique, especially the financial and organizational difficulties, three characteristics were observed with greater impact Sustainability: community involvement, continuing education, and independence of the nuclei.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Tabela 1 - Fatos importantes e marcos históricos do movimento ambiental pelo mundo	15
Tabela 2 - Aspectos a serem analisados nos grupos focais	43
Figura 1 - Municípios do Rio Grande do Norte onde a Rede Xique Xique possui um núcleo	48
Tabela 3 - Principais pontos de destaque encontrados	49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL	12
2.1 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO	12
2.1.1 O DESENVOLVIMENTO QUE TEMOS	12
2.1.2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
2.2 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	23
2.2.1 AGRICULTURA NO BRASIL	28
2.2.2 AGRICULTURA FAMILIAR	30
2.2.3 RECENTES PERSPECTIVAS PARA A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	32
3. METODOLOGIA E MÉTODO DE PESQUISA	37
3.1 CAMPO DE ESTUDO	38
3.1.1 REGISTRO DOS DADOS	41
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	47
4.1 A REDE XIQUE XIQUE	47

4.2 A SUSTENTABILIDADE DA REDE XIQUE XIQUE E SEUS ASPECTOS	49
4.3 ECOLÓGICA	50
4.4 SOCIAL	53
4.5 ECONOMICA	55
4.6 POLÍTICA	56
4.7 CULTURAL	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61

1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas ocorridas nos últimos anos fizeram a população mundial se questionar sobre o desenvolvimento capitalista da atualidade, que comanda as relações desde a revolução industrial. Várias alternativas sem apresentam em suposta oposição a esse modelo, e uma delas é o desenvolvimento solidário sustentável que questiona este mau desenvolvimento, espelho da vontade do capitalista, que visa o lucro acima de tudo (SINGER, 2004).

Dentre as diversas preocupações com um desenvolvimento que seja mais igualitário, a mais frequente é a preocupação com o uso e manejo da terra, a agricultura. A crise que mais ameaça a sobrevivência da humanidade é a dos alimentos, não a toa é nesse modelo de produção agrícola que as transformações devem vir com maior urgência.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (WAQUIL, 2000), num estudo realizado conjuntamente, afirmam que o modelo de agricultura familiar apresenta as seguintes características: trabalho e gestão intimamente relacionados; direção do processo produtivo assegurado diretamente pelo agricultor e sua família; ênfase na diversificação; ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; trabalho assalariado complementar; e decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade no processo produtivo.

Essas características podem representar uma verdadeira mudança no campo, distribuindo renda, apoderando o trabalhador, capilarizando a educação ambiental e promovendo a Sustentabilidade de forma mais abrangente.

A agricultura familiar e os assentamentos rurais pressupõem processos sociais distintos (FERREIRA; BRADENBURG, 1998). A primeira noção refere-se às formas sociais já constituídas, os assentamentos rurais estão associados ao processo social e político de acesso à terra. Ou seja, socialmente as transformações já estão ocorrendo, e a medida que o debate internacional cresce, são anexadas as preocupações com Sustentabilidade no decorrer dessas transformações.

As políticas governamentais vêm se manifestando no sentido de promover o crescimento da modalidade de agricultura familiar, ou seja, de tornar a atividade competitiva. Porém, apresenta-se um novo paradigma para o desenvolvimento, um modelo fundamentado nos princípios especificados no capítulo 14 da Agenda 21, que propõe a “promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável” (Agenda 21).

No Brasil, o Projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – (PNUD/BRA, 1997) que em cooperação com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), propõem promover um processo de gestão participativa do desenvolvimento rural. Seu campo de ação são os municípios, a partir das definições dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e sua perspectiva é a sustentabilidade social, econômica e ambiental, conforme modelo da Agenda 21. O agricultor familiar é seu ponto de partida para um novo mundo rural, utilizando estrategicamente local, educação/capacitação, integração da população, comunicação e articulação de parcerias.

Conforme Santos (2000, p.4):

A opção pela agricultura familiar se justifica pela sua capacidade de geração de emprego (da família e de outros) e renda a baixo custo de investimento. A sua capacidade de retenção da população fora dos grandes centros urbanos é um fator fundamental na construção de alternativas de desenvolvimento. Sua capacidade de produzir alimentos a menor custo e, potencialmente, com menor dano ambiental, impulsiona o crescimento de todo entorno sócio-econômico [sic] local.

A agricultura é, portanto, um agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. É também condição fundamental para que haja uma sobrevida para a economia da grande maioria dos municípios brasileiros.

As práticas na agricultura, no cultivo, no manejo em relação aos aspectos ambientais (uso de agrotóxico, processo de desmatamento e uso do solo) dos agricultores familiares, assentados ou não, do ponto de vista geral, tem sido alvo de discussões visando o surgimento de propostas que busquem melhores formas de crescimento, sem destruir o ambiente rural.

Assim, conhecer como se aplicam procedimentos relativos às práticas de gestão ambiental é importante do ponto de vista socioeconômico devido à necessidade de melhoria da qualidade de vida da população estudada e de responder às políticas do governo visto que os recursos financeiros destinados à população pelo PRONAF tem período limitado. Apresentando essas questões de forma mais objetiva, temos:

1. A gestão influencia nos impactos à sustentabilidade?
2. Quais práticas de gestão em empreendimentos da agricultura familiar influenciam na sustentabilidade?

Há necessidade de minimizar os impactos ambientais gerados pelos processos de atividade agrícola. Pode ser ponto inicial para pesquisas mais aprofundadas que possam vir a responder as reais razões da utilização das práticas em relação aos aspectos ambientais mais significativos na produção agrícola. Deste modo, esta pesquisa poderá favorecer os benefícios da Reforma Agrária quanto à questão da utilização dos recursos naturais.

Com base no exposto o estudo objetiva **conhecer as práticas de gestão dos empreendimentos da agricultura de base familiar que contribuem para a Sustentabilidade, seus aspectos e impactos.**

Bem como podemos listar os objetivos mais específicos:

- **Listar as características de gestão/organização da Rede Xiquexique;**
- **Verificar os principais impactos à Sustentabilidade;**
- **Apresentar as melhorias que o modelo de gestão adotado resulta.**

As políticas nacionais e internacionais vêm se modificando. A sociedade vem pressionando no sentido de evitar práticas de produção que destruam o meio ambiente. As empresas estão respondendo a este apelo através de práticas ambientais corretas. O estudo de práticas de gestão dos empreendimentos de agricultores familiares em relação aos aspectos ambientais mais significativos pode apresentar sugestões que ajudem a definição de políticas públicas locais com base prioritária na Sustentabilidade. Esta questão se reveste de maior importância uma vez que não tem caráter isolado, mas trata-se de criação de novas relações com o ambiente.

No estado do Rio Grande do Norte, uma organização em particular tem apresentado bons resultados para a agricultura familiar e para a sociedade, respondendo a anseios sobre qualidade de vida e equilíbrio entre produção e natureza. Conforme afirma o professor Emanuel Nunes:

A Rede Xique Xique, no estado do Rio Grande do Norte, se apresenta como uma experiência de diversificação da agricultura familiar que reúne tanto a prática de uma agricultura sustentável, esta baseada nos princípios da agroecologia, como a ação coletiva via organizações da Economia Solidária. (NUNES, 2012, p. 7).

A Rede estabelece uma proposta de organização para o pequeno agricultor, baseando-se em princípios com a agroecologia, a economia solidária e a igualdade de direitos entre todas as pessoas, em especial as mulheres.

Para tal, utiliza-se de mecanismos de mobilização, conscientização e participação coletiva, tanto em movimentações para produção quanto em capacitação nas diversas áreas sociais. O modelo utilizado pela Rede foi estudado nessa pesquisa a fim de auxiliar propostas futuras e projetos para o pequeno agricultor.

A relevância do estudo reside no fato de poder apresentar sugestões no sentido de contribuir para a construção de políticas e programas de governo que priorizem, dentre outros, políticas que concorram para a implementação de sistemas de gestão na agricultura familiar, sob o prisma de uma perspectiva mais equilibrada entre homens e natureza.

2. REFERENCIAL

2.1. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

Nos últimos quarenta anos a humanidade tem se preocupado mais com os aspectos ambientais do planeta, seja quanto à natureza selvagem, quanto ao ambiente construído e os homens. As transformações que vivenciamos neste mesmo período só impulsionaram, ou foram a força motriz, para a discussão tida como mais pertinente do século passado e início deste: Sustentabilidade (CAPRA, 1983).

Pensar em Sustentabilidade requer uma nova maneira de planejar e executar, pensar em métodos que não provoquem a perda total ou parcial de aspectos do ambiente. Olhar numa nova perspectiva de produção, utilizando novas ferramentas, novos materiais ou novos métodos, que minimizem os impactos para a sociedade atual e futura (CMMAD, 1986).

Como disse o professor Paul Singer (2004), o Desenvolvimento Solidário Sustentável é tão antigo quanto os primeiros passos do homem e a opção por esse desenvolvimento nada mais se justifica do que se não para termos satisfação de necessidades prioritárias pela maioria.

2.1.1. O DESENVOLVIMENTO QUE TEMOS

A transformação mais significativa que a sociedade moderna viveu foi a revolução industrial. Mudamos todo nosso modo de viver e produzir, os fatores impulsionadores eram outros, o modelo de produção e a utilização destes também mudaram. Alterou todo um sistema de comercialização e relações humanas e com a Terra.

A produção de bens passou a ser estratificada, dividida em várias partes menores para que o produto final fosse facilmente montado/construído por aqueles que não estivessem plenamente conscientes da atividade geral, de toda a transformação da matéria prima no produto acabado.

O crescimento relacionado ao surgimento de ferramentas mecanizadas fez crescer a produção de bens e alimentos. Esse aumento se justificava pelo crescimento populacional dessa época, inicialmente nos séculos XVII e XVIII, e em especial na Europa.

Almeida (1997, p. 37) dispõe:

Seguidamente a ideia de desenvolvimento é reduzida à de modernização e, em consequência disso, os países do Terceiro Mundo são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de modernização precoce. Este etnocentrismo conduziu à aplicação no mundo inteiro de um modelo único de modernização e, portanto, a ver “em atraso” os países “subdesenvolvidos”. A fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. A modernização é um *processo* e o desenvolvimento uma *política*.

As mudanças de hábitos, a forte migração do campo para a cidade e as novas relações de trabalho tiveram forte repercussão na organização socioespacial. As condições de vida nas zonas industriais eram inicialmente precárias, no entanto as gradativas melhorias sanitárias foram significativas e além, essa população urbana passou a ter acesso a serviços de saúde. A descoberta mais significativa dessa mudança foi a vacina contra a varíola, entre final o século XVIII e início do XIX.

Paralelamente ao avanço da medicina, as melhores condições sanitárias diminuíram a mortalidade infantil e da população em geral. A ampliação da expectativa de vida proporcionou o aumento do número de habitantes nos países que primeiramente se industrializaram.

A divisão do trabalho também é considerada outro fator para o aumento da natalidade. A utilização indiscriminada do trabalho infantil nesse período pode ter estimulado o aumento do número de filhos para elevar a renda familiar.

Com isso, as pequenas vilas se tornaram grandes centros urbanos, com cada vez mais pessoas a procura de emprego. Isso fez a oferta de mão de obra aumentar sensivelmente e conseqüentemente, com a nova lógica de produção, os salários e condições de trabalho se tornaram muito precários.

Essa nova lógica, baseada em acúmulo de capital e bens, acaudilhou toda uma estrutura de organização em sociedade que vivenciamos até os dias atuais. Para se ter mais acesso era necessário ter mais dinheiro, para isso era necessário se encontrar meios para obtê-lo em maior quantidade, e esse era o princípio fundamental.

A exploração dos bens comuns do planeta não teria sensibilidade nenhuma com sua perpetuação, não existia preocupação com o ecológico e os males que a produção industrial pudesse fazer ao meio ambiente, pessoas e/ou natureza.

A Revolução Industrial possibilitou uma ampliação da capacidade humana de deslocamento e produção, permitindo uma maior interferência na natureza, segundo Oliveira (2008). O autor explica que esta aumentou consideravelmente a utilização de recursos naturais *per capita* e a degradação ambiental, que por sua vez, foi consequência de resíduos e efluentes do processo de produção, gerando uma visão, na época, de que só haveria desenvolvimento em detrimento da qualidade ambiental.

Os primeiros movimentos contrários a esta lógica surgiram na segunda metade do século XIX, sendo denominados de movimentos conservacionistas. Entretanto, não conseguiram mudar a ação humana de forma mais veemente. (OLIVEIRA, 2008).

O movimento ambiental não teve uma origem bem definida, em tempo e espaço, já que não houve um evento isolado ou um marco que se transformasse em movimento de massa. Foi acontecendo em lugares diferentes, em diferentes tempos e por motivos diferentes, através de questões locais (FERREIRA, 2008).

No entanto, a preocupação com a degradação e o uso inadequado dos recursos naturais já existe há muitos anos. McCormick (1995, p. 15) afirma que no século I, em Roma, Columelo e Plínio já advertiam que o gerenciamento medíocre dos recursos ameaçava produzir quebras de safras e erosão do solo. Já Platão criticava a erosão do solo provocada pelo excesso de pastagem e pelo corte de árvores para lenha no século IV a.C.

Apesar das advertências prévias já existentes muitos anos antes, o alarme e o interesse da sociedade só surgiram, de forma mais expressiva, após a revolução industrial.

A figura abaixo, adaptada de Ferreira (2008), representa a linha do tempo do movimento ambiental no mundo, destacando fatos importantes e marcos históricos:

Ano	Fato importante ou marco histórico
1865	1º grupo ambientalista (1865)
1872	Criação do Parque Nacional de <i>Yellowstone</i>
1893	<i>National Trust</i>
1909	1º Congresso Internacional para Proteção da Natureza
1949	Conferencia da Biosfera
1962	<i>Silent Spring</i>
1968	Clube de Roma
1971	Fundação do Greenpeace
1972	Conferencia de Estocolmo
1983	1º Partido Verde
1987	Nosso Futuro Comum
1992	Eco 92
1997	Rio + 5
2002	Rio + 10
2012	Rio + 20

Tabela 1 – Fatos importantes e marcos históricos do movimento ambiental pelo mundo (FONTE: FERREIRA, 2008)

Ainda segundo Oliveira (2008, p. 18), a partir da Segunda Guerra Mundial, houve uma reorganização das economias e parques industriais das grandes potências da época, o que culminou no alcance, por parte da população, de padrões materiais altos.

Entretanto, este aumento de padrão exigiu que fossem realizadas algumas mudanças, o que trouxe uma série de consequências ambientais, como explicado por Oliveira (2008, p. 18):

Para o crescimento do padrão material da população, foram necessárias várias transformações, como, por exemplo, aumentar o número e tamanho de fábricas e a quantidade de veículos, e até mesmo dar um salto de produção na agricultura com a revolução verde. [...] Teve como consequência a criação de vários problemas ambientais [...] Com a poluição do ar e da água e a contaminação dos solos. No campo, espécies estavam sendo extintas com a expansão das propriedades agrícolas e a revolução verde, que levava ao uso intensivo de fertilizantes e pesticidas.

A partir de 1960, uma nova revolução ocorreu nos âmbitos social, tecnológico e ambiental, a qual foi chamada de Era Pós-Industrial, onde se percebeu uma menor dependência do setor industrial e maior do setor de serviços. (OLIVEIRA, 2008, p. 19). Este período, segundo Filho (2004, p. 39), ficou marcado pelo aparecimento de organizações não-governamentais de forma exponencial.

Os movimentos ambientalistas começaram a se organizar e espalharam-se,

questionando os impactos desta sociedade moderna, cada vez menos dependente do setor industrial. (OLIVEIRA, 2008, p. 20). Este novo ambientalismo emerge em meio a movimentos estudantis e hippies, com objetivos e demandas bem definidos, chamando a atenção para as consequências devastadoras que um desenvolvimento sem limites estava provocando, de modo politicamente consciente. (GONÇALVES, 2005).

Na virada da década de 60 para 70, continuava a variedade de movimentos sociais, uns protestando contra a guerra do Vietnã, os pacifistas; outros pregando a volta à comunidade, à vida alternativa, à busca de uma espiritualidade, os hippies; e pessoas preocupadas com os efeitos das explosões nucleares, havendo uma discussão mundial sobre essas questões.

Na década de 1970, segundo Filho (2004, p. 38), o movimento ambientalista proliferou com uma série de atores e processos globais, tais como: grupos e organizações que lutam pela proteção ambiental; agências governamentais encarregadas desta proteção; grupos de cientistas que pesquisam os temas ambientais; gestão de recursos e processos produtivos, em algumas empresas, voltada a eficiência energética, redução da poluição; e, demandadores de produtos caracterizados como “verdes” no mercado.

Goldstein (2007, p. 54), afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável começou a se delinear nesta época, não só para resolver os problemas ambientais, mas também para garantir o prosseguimento do desenvolvimento tecnológico e econômico. Conforme a autora, a origem da ideia surgiu na década de 1970, durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade de Estocolmo, que deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Filho (2004, p. 39) afirma que “A conferência de Estocolmo-72 sobre o meio ambiente [...] evidenciou a preocupação do sistema político – governos e partidos – e da própria Igreja Católica, com a questão [ambiental]”.

Esta foi a primeira reunião de caráter oficial a tratar de assuntos ambientais, organizada pela ONU, que reuniu representantes de 113 países e marcou a introdução definitiva do tema da proteção do meio ambiente na agenda internacional. (McCORMICK, 1992 apud FERREIRA, 2008).

O objetivo da conferência foi fazer um balanço dos problemas ambientais de todo o mundo, buscar soluções e novas políticas governamentais orientadas para redução de danos causados ao meio ambiente. É considerada, atualmente, como um marco para o ambientalismo, pois esse se tornou um ano chave para as discussões das questões ambientais, ocorrendo a partir dele um salto de qualidade nos debates públicos sobre o sentido do

progresso industrial e o aumento da população mundial, passando a inserir o tema meio ambiente no contexto das discussões das relações humanas.

A reunião produziu uma declaração de 26 princípios de caráter geral, mas não obrigatório, que deveriam ser seguidos, registrando os argumentos essenciais do movimento ambiental, delineando objetivos e definindo metas.

O destaque da conferência de Estocolmo tem seu marco em dois pontos: o primeiro por apresentar um novo debate acerca do crescimento baseado em conceitos tradicionais, “um novo movimento de libertação” disse Maurice Strong (apud McCORMICK, 1992).

O segundo por criar o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – PNUMA, que surgiu para dar efetividade à declaração, princípios e plano de ação criados na tentativa de transformá-los em políticas e programas ativos, e embora o programa tenha limitações e deficiências, também representou a melhor forma institucional possível naquelas circunstâncias (FERREIRA, 2008).

O que comandava as doutrinas de desenvolvimento econômico nessa época era a noção de progresso e crescimento, que apenas considerava o aspecto quantitativo, justificando tal progresso qualquer degradação ambiental para promover um desenvolvimento social, econômico e melhor qualidade de vida, ainda que esses benefícios estivessem concentrados em uma parcela minoritária da população.

É nesse momento que surge um novo termo: o *ecodesenvolvimento*, criado por Maurice Strong, caracterizado por apresentar uma nova concepção de alternativa da política de crescimento. Em 1973 é reeditado por Ignacy Sachs abordando o problema de forma mais qualitativa, e não puramente quantitativa, de crescer ou não, para como crescer. Indicando estratégias de harmonização entre desenvolvimento socioeconômico e gestão ambiental e valorizando o conhecimento endógeno, produzido pelas populações locais para a gestão do seu meio, em contraposição à homogeneização dos modelos até então adotados. Os debates sobre o *ecodesenvolvimento* prepararam a adoção posterior do termo desenvolvimento sustentável.

Como revela Colombo (2004), citando outros autores:

O termo **Ecodesenvolvimento** foi introduzido em 1972, por Maurice Strong, secretário-geral da conferência de Estocolmo, e amplamente difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974 (MONTIBELLER-FILHO; FOLADORI e TOMMASINO; VIEIRA). Significa o desenvolvimento de um país ou região, baseado em suas próprias potencialidades, sem dependência externa (desenvolvimento endógeno); consiste, de acordo com Sachs, em uma tentativa de harmonizar objetivos socioeconômicos e ambientais mediante a redefinição de padrões de uso de recursos e das finalidades do crescimento, envolvendo princípios de maior racionalidade

social, como: crescimento sustentável (com o sentido de estender o horizonte de tempo), deixar em aberto as opções futuras (no sentido de minimizar as mudanças irreversíveis), e proteção do ambiente físico (no sentido de não “exploração” da natureza) (p. 75).

Numa reunião da Assembleia Geral da ONU, em 1974, na cidade de Cocoyoc, no México, foi colocada no debate a questão sobre a pobreza como uma das causas para a destruição em massa dos recursos naturais. Foi publicada uma declaração concluindo que a pobreza contribuía com a explosão demográfica e, conseqüentemente, o consumo excessivo de recursos naturais.

Concomitantemente, nesta mesma época, havia um dilema sobre como combater os problemas ambientais. Segundo Oliveira (2008, p. 20):

As empresas diziam que os problemas ambientais eram conseqüências naturais da produção desde os primórdios da Revolução Industrial, ou seja, se você produz, vai ter poluição e problemas sociais. Assim, se a população quer altos padrões materiais terá, conseqüentemente, de suportar altos padrões de contaminação ambiental. O Estado não sabia como compatibilizar produção material e preservação da qualidade de vida. Ele dependia dos empregos e impostos gerados pelas fábricas. Boa parte da população civil era empregada nas fábricas e via na produção industrial uma forma de geração de emprego e renda.

Em abril de 1986 ocorre o acidente na Ucrânia, Antiga União Soviética, o acidente nuclear de Chernobyl, no qual um reator teve problemas e liberou uma imensa nuvem radioativa contaminando uma vasta extensão do meio ambiente (pessoas, animais e natureza selvagem) a sua volta. Esse acidente marcou de forma mais veemente como a tecnologia pode provocar uma contaminação repentina e extrema (McCORMICK, 1992, p. 148).

Na Alemanha, Inglaterra, Suíça, França, Itália, entre outros, surgia no princípio dos anos 80, o Partido Verde, que se consolidaria no braço político do movimento ambientalista naquele momento. Essa foi uma das organizações de defesa ambiental, dentre a múltiplas que surgiram, constituindo-se uma rede difusa de grupos e atividades, face à crise ecológica dessa década no mundo todo.

Há emergência de um novo paradigma, com sua crítica à abordagem fragmentada da realidade, enfatizando a importância da participação dos atores sociais nesse contexto. Para Almeida (2002, p. 56) ficava “cada vez mais claro que os problemas ambientais estão inextricavelmente ligados aos problemas econômicos e sociais”.

Para Capra (1983), a evolução humana só é possível através da integração de mundos interno e externo, indivíduos e sociedade, natureza e cultura. Fica claro a necessidade de uma nova percepção da sociedade, sua relação com os demais seres e com a natureza.

2.1.2. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 1983 a assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução que pedia a criação de uma nova comissão independente, e foi então que surgiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, coordenada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlen Brundtland, que tinha como meta estudar e propor uma agenda global com objetivos de capacitar a humanidade para enfrentar os principais problemas ambientais do planeta e assegurar o progresso humano sem comprometer os recursos naturais para as futuras gerações. (CMMAD, 1988).

Os anos 80 são marcados pela Comissão Brundtland, como ficou conhecida, e pela proeminência dos partidos verdes que haviam surgido na década anterior (FILHO, 2004, p. 39). O relatório, realizado pela Comissão, foi publicado em abril de 1987, intitulado “Nosso futuro comum”, sendo o primeiro a definir o conceito de desenvolvimento sustentável como: “aquele que responde as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder as suas necessidades. (CMMAD, apud GOLDSTEIN, 2007, p. 54).

Esse relatório firmou e colocou em circulação a expressão Desenvolvimento Sustentável, e ainda recomendou para a Assembleia Geral da ONU que convocasse a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Enquanto a comissão trabalhava e divulgava seus resultados, o mundo assistia a camada de ozônio sendo destruída pelos cloro-fluor-carbonos (CFCs), o aquecimento global aumentando e a fauna e flora sendo extinta.

Diante destes problemas generalizados e da necessidade de pôr em prática o desenvolvimento sustentável em âmbito global, a ONU organizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992. (OLIVEIRA, 2008, p. 24).

Os objetivos fundamentais da Conferência eram conseguir um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras e firmar as bases para uma associação mundial entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como entre os governos e os setores da sociedade civil, focadas na compreensão das necessidades e os interesses comuns. (GONÇALVES, 2005).

A comissão afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável não envolvia limites absolutos, mas sim barreiras impostas pelo atual estágio da tecnologia e organização social sobre os recursos naturais e a capacidade da biosfera de absorver os efeitos das

atividades humanas (CMMAD, 1991).

Desde então, vários protocolos foram assinados, entre eles o Protocolo de Kyoto, pelo qual os signatários se comprometeram a reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa em pelo menos 5% até 2012. (GOLDSTEIN, 2007, p. 55).

Os anos 90 caracterizaram-se pela entrada do setor empresarial no debate sobre o desenvolvimento sustentável, o qual objetivava o aproveitamento de um emergente mercado verde, isto é, que impõe ou valoriza ao produtor o cuidado ambiental. (FILHO, 2004, p. 39).

Tem-se nesse momento a união de dois atores no cenário ambiental: o Estado, com os países participando das discussões e inserindo as questões ambientais no contexto das agendas políticas, e a sociedade civil organizada, que agora, além existir em maior número, passa a se estruturar melhor e se mostra institucionalizada, com mais espaço no debate político.

No final dos anos 80 ocorre um salto de qualidade da consciência ambiental como consequência das tendências das duas últimas décadas, motivo que levou a Organização das Nações Unidas – ONU declarar o ano de 1990 como o Ano Internacional do Meio Ambiente, ocorrendo, ainda, nessa década, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Rio 92 ou Eco 92 e Cúpula da Terra (*Earth Summit*).

Nos primeiros meses de 1990 ocorre a celebração da *Earth Day* (Dia da Terra), data comemorativa criada pelo senador americano Glayord Nelson, na década de 1970, para protesto nacional contra a poluição, onde participaram milhares de americanos e rendeu inúmeros destaques nos veículos de comunicação, passando a globalizar o evento e fazer parte do calendário comemorativo de inúmeros países (MARCONDES, 2005, p. 187).

Da Rio 92 resultou o estabelecimento de acordos internacionais; a elaboração de duas declarações: a do Rio, uma carta de princípios pela preservação da vida na Terra e a Declaração de Florestas, que estabelece a intenção de manter as florestas e o estabelecimento da Agenda XXI, um plano de ação para o século XXI que visa minimizar os problemas ambientais mundiais (MARCONDES, 2005, p. 245).

Ainda nessa conferência, um marco importante foi a realização do evento paralelo Fórum Global 92, com organização da sociedade civil com ampla variedade de eventos propostos por ONGs independentes de todas as partes do mundo, tendo a tarefa específica de organizar e assegurar a plena participação da sociedade civil na Conferência da Cúpula da Terra.

Segundo Marcondes (2005, p. 245), era cerca de 1.400 ONGs pela primeira vez

em uma reunião oficial realizada pela ONU envolvendo Chefes de Estado, tendo, essas entidades, uma influência muito positiva nessa reunião, uma vez que conseguiram, mediante pressão, colocar alguns temas que não estavam previstos na pauta de negociações.

Cinco anos mais tarde, em 1997, foram realizadas duas reuniões em locais distintos, conhecidas como Rio+5, uma em Nova York e outra no Rio de Janeiro. Na primeira, chefes de Estado avaliaram o que já tinha sido avançado das decisões tomadas pela CNUMAD, a segunda tinha o mesmo objetivo de avaliar os cinco anos decorrentes da Rio 92, mas por ONGs. Nesses dois eventos pode-se constatar que pouco havia sido realizado na prática.

Dez anos depois da Rio 92, em 26 de agosto de 2002, houve a conferência chamada de “Cúpula Global, Rio+10”, na qual se chegou à conclusão de que a situação se agravou desde a última realizada no Rio de Janeiro. (OLIVEIRA, 2008, p. 25). Esta alertou para o problema da degradação dos recursos hídricos ao redor do globo e colocou a pobreza na agenda global de desenvolvimento sustentável, conforme Oliveira (2008, p. 24 e 25).

Realizada em Johannesburgo, África do Sul, e organizada pela Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS), essa conferência reuniu 193 países, 105 chefes de estado e 7.900 delegados oficiais para negociar compromissos relacionados à implementação do desenvolvimento sustentável, organizações não-governamentais e mais de 700 empresários, que revisaram e avaliaram o progresso da Agenda 21.

Na Rio+10, mais uma vez, os chefes de Estado reunidos, tinham como objetivo elaborar um plano de ação para promover um plano de ação à nível local, nacional, regional e internacional, afim de renovar o compromisso mundial com o desenvolvimento sustentável e cooperação Norte-Sul. Assim como também catapultar a solidariedade internacional para executar os compromissos com a Agenda 21. O resultado positivo desse encontro foi o estabelecimento de metas mais descentralizadas, regionais e nacionais, para com o uso da energia renovável.

Essa conferência teve um caráter muito mais prático que a Eco-92, traduzindo seus conceitos e princípios estabelecidos em metas, direitos e deveres. Enquanto a Eco-92 aconteceu para discutir a importância de salvar o planeta, a Rio+10, entendendo que nada foi realizado pela inexistência de metas e prazos para cumprimento, discutiu como salvá-lo (MARCONDES, 2005, p. 298).

Certamente colocar as teorias em prática tem um custo muito alto para as nações, e quase ninguém está disposto a pagá-lo. E como diz Ferreira (2008, p. 35), desenvolvimento

e sustentabilidade não podem ser dissociados, principalmente nessa virada do século XXI. A tecnologia e a informação, que dominam o mundo atualmente, podem e devem ser exploradas para gerar o bem-estar para as gerações atuais e a sobrevivência das gerações futuras, multiplicando a conscientização ambiental e reavaliando a concepção de desenvolvimento.

Para Almeida (2002, p. 55), o conceito de desenvolvimento sustentável veio substituir a expressão ecodesenvolvimento, e isso constituiu o início da gestão da sustentabilidade, representou um ponto importante para questionar as práticas econômicas e sociais desenvolvidas até então, sendo a base para a discussão e reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais.

A partir de uma preocupação ambiental, o termo sustentabilidade tornou-se multifacetado, anunciado por diversos discursos, de diversas maneiras, assumindo múltiplos sentidos, sendo evidenciado, principalmente, nas últimas duas décadas (LIMA, 2003). Essa perspectiva pode desvirtuar o verdadeiro sentido da sustentabilidade, o aproximando mais uma vez do desenvolvimento capitalista, que pode assumir diversas formas de opressão levantando a bandeira do desenvolvimento sustentável.

Almeida (1997, p. 42) acrescenta:

Mesmo que já intensamente “trabalhada” nos últimos 10 anos, demonstrando uma crescente adesão à idéia, esta é ainda uma noção genérica e difusa, pouco precisa. Transita-se, portanto, em um campo emergente e que está ainda muito sujeito a diferentes concepções e definições.

Atualmente, o desenvolvimento sustentável evoluiu em complexidade considerável, no sentido de englobar mais os pilares econômico e social, além de outros fatores que vão além da preocupação ambiental, a qual foi bastante debatida desde o relatório de 1987, intitulado “Nosso futuro comum”.

Segundo Oliveira (2008, p. 23), o conceito de desenvolvimento sustentável embute a ideia de que o mesmo tem de ocorrer nas esferas ambiental, econômica e social, existindo também a dimensão política, que seria a transparência e participação.

Elkington (2001, p. 99) explica este conceito adicionando que, além dos pilares econômico, social e ambiental, os direitos humanos – inclusive o direito a um meio ambiente limpo e seguro – devem ser conservados para as gerações futuras. Goldstein (2007, p. 55) segue a mesma linha ao afirmar:

Há um último aspecto, normalmente negligenciado, que merece destaque: o polo social do tripé no qual está apoiado o conceito de desenvolvimento sustentável. Na verdade, para que nossa sociedade possa continuar existindo e para que o próprio capitalismo perdure, além do equilíbrio ecológico, é necessário perseguir uma maior justiça social. Se não houver, por exemplo, segurança pública, indivíduos qualificados e saudáveis, sistemas de representação política efetiva, consumidores

com poder aquisitivo, eleitores com capacidade de exigir que as leis sejam cumpridas, tampouco haverá desenvolvimento duradouro e pleno.

Como cita Colombo (2004, p. 67):

A sustentabilidade é o conceito fundamental subjacente ao Ecodesenvolvimento ou Desenvolvimento Sustentável, pois ela é o referencial desse modo de desenvolvimento que se insere no novo paradigma.

A sustentabilidade então deve ser entendida como a condição de uso dos recursos naturais sem destruí-los, sem ultrapassar sua capacidade de recuperação (resiliência), sem excluir as possibilidades de seu uso pelas gerações futuras. Consiste na consciência de que devemos enxergar um todo não só pelas partes (CAPRA, 1983), de conservação dos bens naturais eternamente (BARBIERI, 1998) e que as mudanças irreversíveis sejam minimizadas, deixando a possibilidade de recuperação aberta para o presente e o futuro (SACHS, 1986).

Em 1993, Sachs propôs observarmos 05 (cinco) dimensões da sustentabilidade: a social, a construção de uma sociedade mais igualitária, com acesso aos benefícios por todos; a econômica, buscando uma avaliação em termos macrossociais; a ecológica com o uso consciente da terra e dos recursos naturais disponíveis por ela; a espacial, com uma relação urbana-rural mais equilibrada e melhor distribuição de assentamentos humanos e atividades econômicas; e a cultural, que busca raízes endógenas para o desenvolvimento de inovações e modernização (COLOMBO, 2004).

As visões apresentadas evidenciam que a sustentabilidade não se refere apenas ao ser ecológico, ao verde do planeta, mas aos homens e sua relação com demais animais da terra e com ele mesmo, responsabilizando-se pelas faltas e sobras. A noção de território e cultura, individuais e coletivos, e a participação de políticas públicas, institucionais, na orientação e aplicação de normas e leis que regem encargos e penalidades ambientais.

Por fim, faz-se necessário um modelo de desenvolvimento que priorize os anseios sociais, viabilizando de forma revolucionária a participação política até dos mais marginalizados e excluídos da sociedade. Que seja flexível em alternativas visando à sustentação da vida no planeta, não só dos homens, e manutenção de sua diversidade.

2.2. DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

As transformações no modo de produção que ocorreram por causa da revolução industrial também atingiram fortemente o meio rural. As mudanças das práticas agrícolas na

Europa do século XVIII e XIX estão fortemente ligadas a fatores que deram origem a Revolução Industrial (ROMEIRO, 1991).

As práticas agrícolas da Idade Média, impulsionadas pelo progresso técnico deste período, segundo Romeiro (1991), haviam aumentado significativamente o nível de acumulação de capital da economia. As atividades artesanais e comerciais urbanas enfraqueceram progressivamente as relações de servidão, sobretudo na França do século XI e XIII, através, entre outros, da redução do tamanho dos feudos em benefício de camponeses livres (parcelários).

Um novo sistema de culturas mais aperfeiçoado e que se tornou generalizado trouxe a produção agrícola maior eficiência e capacidade, como o uso do “pousio”, um método econômico de controle de ervas daninhas e de preparação do solo para o cultivo de cereais (ROMEIRO, 1991). Bem como novas espécies de culturas utilizadas: as raízes (beterraba, nabo) e tubérculos (batata), plantas industriais (têxteis e tintoriais) e variedades de leguminosas. Para White (1962), o cultivo de leguminosas e cereais na Idade Média proporcionou o aumento de alimentos disponíveis bem como a melhoria da sua qualidade, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de atividades urbanas e manufactureiras.

Apesar de contundentes, a cultura de leguminosas não é suficiente para eliminar completamente a necessidade de trabalhar o solo, sendo necessário na rotação o cultivo de raízes e tubérculos, como preparação para cereais (ROMEIRO, 1991).

Romeiro (1991, p. 44) continua:

Este novo sistema de cultura que vai difundir-se por toda a Europa somente a partir do século XVIII, é notável sob muitos aspectos. Trata-se de um sistema altamente equilibrado do ponto de vista ecológico e ao mesmo tempo altamente produtivo, onde as complementaridades e simbioses naturais entre as diversas espécies animais e vegetais são manejadas inteligentemente. Para substituir o "pousio" como método de controle de ervas daninhas e preparo de solo, este novo sistema segue certas regras agrônômicas para estabelecer a posição de cada cultura no esquema de rotação.

Esse sistema de rotação quando comparado ao sistema trienal medieval apresenta um salto na produtividade e otimização no resultado das culturas, reduzindo a superfície do cultivo de cereais, aumentando o cultivo com alto teor de carboidratos e proteínas, melhorando a quantidade e qualidade do gado que pode ser criado, conseqüentemente a produção de fertilizantes (TIMER, 1969 *apud* ROMEIRO, 1991).

Ainda segundo Romeiro (1991, p. 14), “de modo geral, até o século XVIII as novas práticas agrícolas ficaram circunscritas no norte da Itália, onde aparece o primeiro

manual de rotação de culturas”. No norte da Itália o tamanho do mercado tinha sido suficientemente grande para estimular a introdução das novas práticas agrícolas, mas não suficiente para dar lugar a uma revolução industrial. Esse foi um dos fatores que evidenciaram, mesmo sob possante desenvolvimento do comércio, manufatureiro e agrícola, a não deflagração de uma revolução industrial nessas áreas.

Como afirma Braudel *apud* Romeiro (1979, tomo 3, 1991), a revolução industrial na Inglaterra não dependeu de um progresso científico e tecnológico que já não estivesse ao alcance da mão no século XVI. De certo que essa controvérsia tem provocado os historiadores ao longo dos séculos na medida em que não existem provas decisivas, só conjecturas.

No século XVI, monopolizar o comércio de especiarias ou de produtos de luxo era mais atrativo que investir na produção de produtos populares. Como discute Hobsbawn (1975, p. 89), para que ocorra a revolução técnica e social que caracteriza o capitalismo é necessário que haja uma produção de massa e não uma produção de luxo destinada a proporcionar o maior lucro possível por unidade vendida.

Assim, a crise enfrentada no século XVII (o declínio do afluxo da prata da América espanhola, o colapso do comércio no mar báltico, entre outras), logo após a prosperidade do século anterior, já havia sido anunciada, pois a expansão vivida havia se processado num quadro institucional e social que lhe era contraditório (HOBSBAWN, 1975).

A Europa vivenciou um momento de crescimento populacional, mesmo no século XVI, mas não conseguiu aumentar a produção de alimentos necessária para a sobrevivência de sua população. A Europa Ocidental, em suas atividades manufatureiras e comerciais, passa a depender dos excedentes alimentares exportados da Europa Oriental através do mercado do mar Báltico.

Na especificidade do caso Inglês, o crescimento populacional foi diferenciado por causa do processo de urbanização bem mais relevante. É interessante evidenciar a evolução das técnicas agrícolas, que diferente do restante do continente europeu, na Inglaterra o novo sistema de cultura começa lentamente na segunda metade do século XVI.

Ainda nesse país, de início o aumento da superfície plantada é a resposta a demanda crescente por alimentos, mas o aumento dos preços agrícolas provoca um atrativo mercadológico para as indústrias que se desenvolvem. Já na França, as crises alimentares se sucedem atingindo duramente os camponeses.

Essa diferença marcante pode ser atribuída a mudança na relação arcaica da classe senhorial com os camponeses, sob o impacto da forte expansão industrial. A posse da terra continua a ser um instrumento de prestígio social, mas também se torna um instrumento de

produção que o senhor pode arrendar. E ainda usar como garantia para a captação de crédito fácil para outros investimentos, pois frequentemente o senhor de terra também se torna um empresário industrial ou mineiro. É a ascensão do arrendatário capitalista.

Nos demais países do continente, sobretudo na França, durante todo o século XVIII, houve a exploração do desenvolvimento “a lá inglesa” dos senhores de terras que se chocavam com uma forte resistência do mundo camponês, acabam por dar origem a revoltas anticapitalistas.

Bloch (1976, p. 237) afirma:

A força da propriedade camponesa, nascida do costume, num tempo quando a terra era mais abundante que o homem, consolidada em seguida pela jurisdição real, não havia somente moderado as conquistas do capitalismo rural. Ela freitava [sic] também a revolução agrícola e, ao retardá-la, ela impedia também que esta, no seu ímpeto, atingisse muito cruelmente as massas rurais. Os camponeses que não possuíam terra ou a tinham perdido, eram as inevitáveis vítimas das transformações da técnica ou da economia.

Apesar dessa disputa entre o capitalismo rural e o campesinato neste momento, a outra metade da propriedade fundiária francesa, onde ainda subsiste o campesinato livre apegado às antigas práticas agrícolas, permanecem tranquilas neste final de regime, como afirma Oliver de Serres *apud* Romeiro (1600, p. 82, 1991, p. 20):

[...] não é necessário prescrever certos conselhos e regras de cultivo de cereais... basta que se siga os costumes, que desde há muito passam de pai para filho, devido ao medo de perda que toda mutação traz consigo. É isto que fez o oráculo proferir a Catão, não mude nunca de arado, suspeite toda novidade. Por isto, aqueles que inventaram novos arados provocam apenas admiração, face a majestade do Antigo modo de trabalhar a terra, da qual se deve desviar o menos possível e após grandes considerações.

Acontece que na França, como nos demais países do continente, as novas práticas agrícolas só irão se generalizar no século XIX, apesar das crises alimentares que continuam a ocorrer.

O desenvolvimento da agricultura francesa inicia-se a partir de 1950, quando as unidades de produção familiares realizam um processo de modernização. O modelo produtivista já incitava o Estado e as organizações industriais, aqueles que não conseguiram adaptar-se foram empurrados da população rural (LAMARCHE, 1998).

Já em 1980, continua o autor, esse modelo chegou ao seu limite máximo e o foco naquele momento era melhorar a rentabilidade dos agricultores, produzindo de forma diferente. Por ser dependente da marginalização e em razão do desaparecimento de numerosos pequenos estabelecimentos e da total dependência às contingências externas, o modelo produtivista em vigor não poderia mais ser o alvo da política agrícola daquele país.

No Canadá, na década 1960, o debate acerca do modelo de produção agrícola familiar polarizava em duas grandes teses: a permanência ou a dissolução, apesar de discursos políticos e das elites acerca das unidades familiares. A forte preferéncia dos líderes sindicais pela modernização da agricultura levou a tese da dissolução a prevalecer. Esta escolha fez nascer um processo severo de seleção dos estabelecimentos de melhor desempenho.

Nesse contexto, Lamarche (1998) revela as preocupações pela adoção de novas regras para o comércio agrícola internacional. Continua, que agricultores e agrônomos enfatizam a necessidade de um modelo capaz de preservar certa qualidade dos alimentos e implementar práticas agrícolas sustentáveis, e que este modelo é o de caráter familiar da empresa agrícola.

No pós guerra (II Guerra Mundial), o desenvolvimento mundial prova altas taxas de crescimento, movidas por um amplo processo macroeconômico que vai durar até meados da década de 70. A reconstrução ou reanimação econômica das nações europeias, que foram fortemente impactadas pela guerra, capitaneadas pelos Estados Unidos, e mais tarde integrando o Japão, formou um grupo de países capitalistas abastados (NAVARRO, 1995 *apud* ALMEIDA, 1997).

Acompanhando esse ritmo, a agricultura nesses países, sobretudo nos Estados Unidos, se insere cada vez mais no sistema econômico moderno. Estado, agroindústrias e agricultores “empresariais” vão impulsionar transformações no modo de produção rural, implementando novas tecnologias na tentativa de acompanhar o avanço tecnológico a nova ordem mundial.

Essa ação de mudanças na agricultura sofre grande influência da indústria, química em especial, determinando seus processos tecnológicos. A busca pelo aumento da produção e produtividade coloca a agricultura num patamar secundário, a medida que cada vez mais são introduzidos uma série de agentes econômicos nas relações mercantis e de produção. Esse posicionamento fez difundir, por muitos economistas, o sentimento da agricultura como um setor “arcaico”, tradicional, em atraso, de fornecedor de matérias primas, força de trabalho barata e de mercado consumidor de bens naturais.

Difundida por amplos países ao redor do mundo, essa noção de desenvolvimento agrícola e rural foi promovido pelos Estados Unidos e Europa Ocidental desde o fim dos anos 50. Desenvolvimento esse que se aplica basicamente a mudanças nas técnicas de produção. Provando ser restritiva essa noção de desenvolvimento por dois aspectos: por referir-se apenas à produção; e por agrupar grupos que apenas se dedicam a promoção do crescimento econômico (ALMEIDA, 1997).

Continua Almeida (1997), que surge então uma nova forma de avaliação dos empreendimentos da agricultura, baseados na noção de desenvolvimento vigente, descrito como “moderno” ou “avançado” pela literatura, desvalorizando toda e qualquer forma de produção que não esteja fundamentada nesse desenvolvimento dominante.

As formas de produção diversas e diferenciadas que não se adequam ao modelo desenvolvimentista são consideradas obstáculos ao desenvolvimento no “eixo tradição à modernidade” (ALMEIDA, 1997, p. 41). As tidas como mais “avançadas” é necessário reproduzir, as consideradas “atrasadas” devem ser eliminadas para proporcionar o crescimento das mais “dinâmicas”.

2.2.1. AGRICULTURA NO BRASIL

Não distante, a história da pequena produção familiar está conectada à história das transformações capitalistas no Brasil e as formas e propriedade de terra (GRAZIANO SILVA, 1980). Faz-se necessária uma análise econômica e política para compreender a reprodução da pequena produção agrícola no Brasil.

Segundo Graziano Silva (1980), no Brasil o desenvolvimento da agricultura teve como marco inicial o cultivo da cana-de-açúcar, que para abastecer o comércio europeu tinha como base o trabalho escravo e a monocultura, marginalizando categorias da produção agrícola.

Portanto, temos que esse primeiro ciclo agrícola no Brasil, que ocorreu ainda no período colonial, teve caráter discriminatório, uma vez que eram realizadas doações de terras - as chamadas sesmarias - apenas àqueles que possuíssem escravos e recursos suficientes para recebê-las, o que se caracteriza como o embrião da alta concentração fundiária e da prevalência do grande latifúndio (WERNECK, 1980).

Para Graziano Silva (1980) parte da população livre do período colonial - clérigos, assalariados do engenho, mercadores - não possuíam alternativas de sobrevivência e acabavam montando pequenos sítios, não se fixando em nenhum local.

Além disso, comumente o preço do açúcar no mercado europeu era compensador, o que acabava por estabelecer uma crise da colônia. Foi essa lógica que, segundo o autor, levou a expansão da pequena produção e se estende até o tempo mais recente. Foi a crise dos grandes produtores e dos latifúndios monocultores que favoreceu o crescimento do modelo da agricultura de pequena produção com base familiar.

Os incentivos ao crescimento do latifúndio eram tantos que os pequenos

produtores eram impedidos, por força das próprias leis, de crescer. O poder dos grandes proprietários gerou leis que impediam atividades agrícolas que não fossem de exploração de produtos para a exportação. Com o surgimento do ciclo da mineração no país o mercado interno foi abastecido com a produção dos pequenos estabelecimentos (GRAZIANO SILVA, 1980).

A Lei de Terras, continua Graziano Silva (1980), veio para proibir a aquisição de terras por outro meio que não seja o de compra e, além disso, extinguir o regime de posses, elevando o preço da terra e dificultando o acesso a sua posse. Assim, conclui o autor, esta medida impossibilitou a via mais democrática de desenvolvimento capitalista. É sobre essa égide que ocorreram as transformações do capitalismo no Brasil.

Importante mencionar, ainda, que mesmo com a acumulação de capital no setor industrial a partir da década de 30, as grandes propriedades continuaram intactas, o que mostra a estreita relação entre os grandes produtores e o setor industrial. Nesse contexto, Graziano Silva (1980) conclui que a pequena produção se mantém, mas numa via de forte exploração e desmantelamento.

Assim, temos que não há nenhuma política de incentivo e apoio ao desenvolvimento da produção agrícola pela pequena propriedade, em momento algum da nossa história, e mesmo diante dos grandes conflitos que permeiam a história fundiária do Brasil (GRAZIANO SILVA, 1980). Além destes, alguns autores focalizam outros aspectos, tais como exprime Moraes (2000, p.2):

O sistema familiar como atividade agrícola surgiu e vem resistindo, ao longo de sua história, às mudanças promovida pelas revoluções políticas, econômicas e sociais e, aos paradigmas de produção, mantendo-se flexível e adaptando-se plenamente ao nível [sic] de desenvolvimento da nação ou região onde se encontra. Com isso, o processo evolutivo da agricultura familiar ocorrido nos países desenvolvidos contraria a ideia de sua inferioridade econômica tão enfatizada por KAUTSKY.

Esse escanteamento do pequeno produtor foi notadamente acentuado na Revolução Industrial. Nesse momento histórico, foi possibilitado ao produtor capitalizado investir na duvidosa modernização da produção de alimentos, o que exigiu maior número de trabalhadores contratados e maior produtividade e acabou por aumentar o número de assalariados.

Em 1963 e 1964 há a extensão do alcance da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo, sem que tenha havido nenhuma regulamentação específica para posseiros e arrendatários. O crédito rural é de difícil acesso e não possibilita aos pequenos produtores uma via apropriada ao seu desenvolvimento.

Diante dessa nova realidade, coube aos muitos produtores que não possuíam essa nova força produtiva, encontrar meios de garantir a própria renda, o que levou ao o distanciamento dessas camadas de agricultores da produção agrícola e empurrou muitos deles para os centros urbanos, onde passaram a trabalhar como assalariados.

2.2.2. AGRICULTURA FAMILIAR

O termo Agricultura Familiar surge pela primeira vez com Ricardo Abramovay, na sua tese de doutorado publicada em 1991. Outros autores reforçam mais tarde o termo, tal como Eli da Veiga em 1993. O surgimento deste termo representou uma tentativa de identificação do pequeno agricultor sem capitalização, que divide o trabalho com toda a família, mantém uma parte da produção autoconsumida e se utiliza dos meios disponíveis para garantir renda (LAMARCHE, 1993).

A professora Nazareth Wanderley (2001, p. 21) afirma:

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação.

Estabelecendo uma diferenciação entre a agricultura patronal e a produção dos pequenos agricultores, pode-se afirmar que a condição de uma unidade de produção familiar rural é o controle real, pelos indivíduos que dela dependem, dos meios de produção, tais como da terra. É exatamente essa condição que determina a diferenciação entre o camponês e o assalariado, que sobrevive do salário e não tem o domínio sobre a produção (SIDERSKY *apud* BASTOS, 2004).

A perda desse controle ou a separação entre o produtor e seus meios de produção marcam o desaparecimento da unidade camponesa (...) fica apenas a opção do assalariamento” (SIDERSKY *apud* BASTOS, 2004, p.2).

É essa desapropriação dos meios de produção, bem como de sua terra, que enfraquece o pequeno produtor, forçando-o a partir para um trabalho assalariado nos centros urbanos ou nas grandes propriedades.

Importante ressaltar que o apoderamento dos meios de produção não transforma o pequeno produtor num ‘empresário’. Segundo Lamarche (1993, p.18):

A agricultura faz apelo aos grupos sociais limitados que tem em comum associar estreitamente família e produção, mas que se diferenciam uns dos outros por sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e de desenvolvê-los.

As transformações no modo de enxergar a produção rural de base familiar no Brasil passam pela denominação de campesinato até a década de 1960. Só a partir daí é que se passa a ser usado o termo pequeno produtor. Para muitos essa mudança foi catalisada pelo cenário político do momento, que pretendia desarticular os movimentos reivindicatórios do campo. Como sugere Moraes (1998, p.125) outorgava-se então aquele campesinato mais uma dimensão identitária: a de ser pequeno, num país onde o negócio era ser grande.

A partir da década de 1980 inicia-se um novo momento político, no qual os movimentos de luta no campo revivem, marcados pelo reconhecimento de suas diferenças. Foram assim os sem-terra, os barrageiros, os seringueiros, entre outros. Moraes (1998), afirma que foi notável essa retomada da ideia e da articulação do movimento campestre, agora denominado de agricultura familiar.

Apesar dessas transformações, a agricultura familiar se monta como uma nova forma de se afirmar o pequeno produtor familiar rural, como afirma Abramovay:

A agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa. [...] Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa. (ABRAMOVAY, 1999, p.5-7).

Distante do que afirma Abramovay, Claus Germer (2002) propõe uma outra agricultura familiar, mais voltada para o empreendedorismo arrojado e capitalista, que tem sua máxima no modelo norte-americano *farmer*, no qual o produtor “familiar” era visto como uma espécie de protótipo do pequeno capitalista arrojado (...) pequeno empreendedor ousado (GERMER, 2002 p.48).

Nesse mesmo estudo, o autor coloca ainda um outro ponto de vista, representado por Chayanov, com um tipo de organização produtiva dotada de uma lógica própria e por isso capaz de resistir à transformação capitalista (GERMER, 2002 p.47).

Estabelecem-se, assim, duas concepções mais formais do pequeno produtor, o *farmer* e o chayanoviano. O primeiro é um empreendedor modernizado e capitalista, enquanto o segundo preserva uma unidade tradicional de produção rural familiar. Germer (2002) ainda faz uma crítica, baseada fortemente no movimento sindical brasileiro, onde cita a “noção popular de agricultura familiar”.

A despeito dessas discussões que encerram as diferentes denominações para a agricultura tradicionalmente chamada de camponesa, e desde que asseguradas as diferenças existentes, é possível identificar o que seja uma exploração produtiva familiar. Neste aspecto torna-se esclarecedora a definição de Hughes Lamarche:

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. (LAMARCHE, 1993 p. 15).

Baseado nos conceitos aqui apresentados, fica definido para este trabalho a agricultura familiar em que se baseia tais características centrais, conforme Santos (2001):

- A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- A maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- A propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) em caso de falecimento dos responsáveis pela unidade produtiva, pertencente à família e é em seu âmbito que se realiza sua transmissão.

2.2.3. RECENTES PERSPECTIVAS PARA A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Segundo Schmitt (1995), é o reconhecimento da insustentabilidade econômica, social e ambiental que demarca a noção de Desenvolvimento Sustentável. É a percepção de que os recursos naturais são finitos que nasce a preocupação com a sobrevivência da humanidade e do planeta e seus recursos.

Apesar do conceito de Desenvolvimento Sustentável representar um avanço no debate sobre o conceito de desenvolvimento e nas abordagens relativas à preservação dos recursos naturais, esse conceito ainda abriga muitos discursos, dos mais amplos possíveis. Existem alguns que ainda buscam um modelo de desenvolvimento e agricultura que seja socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito, recuperando técnicas, valores e tradições (Almeida, 1995a).

Existem duas vertentes mais fortes desse debate que polarizam a conceituação: uma concentra-o dentro da esfera da economia, e o social é pensando dentro dela, a natureza é encarada como bem de produção, passando a ser bem de capital; a outra tenta extrapolar esse limite com novos conceitos mais abrangentes – social, econômico e ambiental – reinterpretando processos sociais e econômicos e de equilíbrio com ecossistemas. Esse “novo desenvolvimento” pode estimular a sociedade a produzir algo novo e remodelar as relações da natureza e indivíduos (SCHMITT, 1995).

Foi a partir de meados de 1960 que vários países latino americanos envolveram-se na chamada “Revolução Verde”, reflexo do cenário em que vivia o mundo naquele momento: crise no mercado de grãos alimentícios, aumento do crescimento demográfico e a previsão, a

curto prazo, de uma “catástrofe alimentar” que poderia originar convulsões em certas regiões do mundo.

Fundamentalmente, a preocupação principal da Revolução Verde era o aumento da produtividade através de mecanismos tecnológicos, irrigação e mecanização, com uso de insumos químicos, variedades de grãos geneticamente melhorados. O modelo tecnológico produtivo americano foi o padrão adotado para as transformações da agricultura desde os anos 60 em diante (NAVARRO, 1995 *apud* ALMEIDA, 1997).

Esse modelo mostrou-se problemático em vários aspectos, especialmente na desigualdade social e na sustentabilidade econômica e ecológica em longo prazo. No plano econômico, o aumento do custo com insumos, encarecendo seus preços, e a queda dos ganhos recebido pelos agricultores, derivado do aumento da produtividade de alguns cultivos. No plano ecológico, os problemas relacionados à diminuição das florestas tropicais, para dar espaço a novos centros de cultivo, à depilação dos solos agrícolas e poluição pelos agrotóxicos em busca de produtividade, esgotamento de recursos naturais.

Estudos estadunidenses e brasileiros apresentaram resultados de ineficiência energética desse “novo” modelo de desenvolvimento agrícola, principal fator negativo a chamar atenção a partir da década de 70. Foi evidenciado que o custo energético para se produzir baseado no modelo “eficiente” era alto demais, muitas vezes representando perdas do ponto da eficiência.

Alguns desses estudos específicos comparavam a eficiência entre os dois modelos, o convencional produtivista e os menos produtivos por unidade de área, resultando que estes (sem o uso dos novos insumos tecnológicos) tinham uma maior eficiência energética por produto, ou seja, gastavam menos para produzir a mesma quantidade de produtos. Assim, comprovando que a alta dependência de insumos externos é um ponto de fragilidade do novo modelo, tido aqui como convencional.

Os debates acerca do que poderia ser considerado sustentável na agricultura assumiram os discursos dos demais setores, chegando a existir diversas definições para o termo. Segundo Ehlers (1994), chagavam a ser 18 autores e instituições que comentavam sobre a sustentabilidade na agricultura.

Mais uma vez, os discursos eram uníssonos na defesa de um desenvolvimento agrícola sustentável que neutralizasse ou minimizasse os impactos antrópicos ao ambiente.

Altieri (1993) afirma que um sistema agrícola se torna insustentável quando apresenta a redução de determinadas características:

- Capacidade homeostática, tanto nos mecanismos de controle de pragas como nos processos de reciclagem de nutrientes;
- Capacidade “evolutiva” do sistema, em função da erosão ou da homogeneização genética provocada pelas monoculturas;
- Disponibilidade e qualidade de recursos que atendam às necessidades básicas (acesso à terra, água, etc.); e
- Capacidade de utilização adequada dos recursos disponíveis, principalmente devido ao emprego de tecnologias impróprias.

Os norte-americanos acrescentaram temas mais ligados à sustentabilidade econômica do agricultor e mercados, bem como ao crescimento contínuo da produtividade, otimização da produção e geração satisfatória de renda das comunidades rurais.

Almeida (1998, p.47), apresenta o que **não** pode ser considerado agricultura sustentável, com base no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, diante das diversas definições sobre o tema:

[ela não é] uma ruptura com a agricultura moderna; ...[não é] outro nome para agricultura orgânica; ...[não é] somente para pequenos produtores; ...[não é] somente para propriedades de criação animal; ...[não é] um passo atrás; ...[não é] uma panacéia para todos os problemas ambientais; ...[não é] uma solução completa para todos os problemas de lucratividade agrícola; ...[não é] uma solução para os problemas orçamentários do Departamento de Agricultura.

É na redução do uso de agroquímicos e fertilizantes sintéticos solúveis, controle da erosão, a rotação de culturas, a integração da lavoura com a pecuária e a busca de novas fontes de energia que se concentra a maioria das definições de uma agricultura sustentável (EHLERS, 1994).

Para Altieri (1989), pode ser definida como a habilidade de um agroecossistema em manter a produção através do tempo, face aos distúrbios ecológicos e pressões socioeconômicas de longo prazo.

O debate acerca da agricultura sustentável é tão difuso e amplo quanto o debate acerca do próprio Desenvolvimento Sustentável, semelhante em suas contradições e incertezas, conceito que surgiu primeiro e influenciou aquele. Não existe consenso nem mesmo sobre o próprio termo “desenvolvimento”. As diferentes concepções de utilização de recursos naturais e de crescimento econômico estão todas envolvidas na definição de desenvolvimento.

Apesar do Relatório Brundtland apresentar um conceito para o Desenvolvimento Sustentável que mais se aproxima do consenso almejado, não há definição sobre as vias de

crescimento econômico, nem de preservação de ecossistemas, nem das responsabilidades sociais.

Existem perspectivas para a agricultura familiar e um desenvolvimento sustentável com o fomento do Estado e as novas organizações que investem em desenvolvimento rural. Como revela Ricardo Abramovay, “existe um potencial de geração de renda no meio rural e nos municípios aos quais se relaciona diretamente que a sociedade não tem sido capaz de valorizar” (ABRAMOVAY, 1999, p.11).

Num estudo realizado pela FAO/INCRA (1996) em alguns assentamentos, a organização da produção assume papel importante para o desenvolvimento de um assentamento, pois diminui os custos, potencializa os recursos naturais, gera sistemas mais produtivos e amplia alternativa econômica.

Os projetos desenvolvidos nos territórios rurais e por trabalhadores rurais envolvem trocas mais significativas com a terra, relevando o trabalho do pequeno produtor, sua consciência ecológica e seu conhecimento endógeno, adquirido por anos de experiência com a terra, sua e de seus anteriores.

Porém, as transformações no cenário internacional podem aumentar a marginalização das zonas rurais mais desfavorecidas, como nos revela WAQUIL (2000). Sua função seria encolhida apenas para uma fornecedora de matéria-prima subordinada as agroindústrias, na crença da geração de emprego e produtora de bens de consumo final, e não uma produtora de alimentos.

O mesmo autor reconhece que são necessárias condições políticas, financeiras, socioculturais, organizacionais e institucionais para a agricultura familiar se tornar uma alternativa para a produção rural.

No início dos anos de 1990, a pressão exercida pelo campo, protagonizada pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e o desencanto com o crescimento das grandes cidades, despertou o Estado brasileiro para uma histórica reivindicação do movimento sindical rural (ANDRADE, 2001).

Surge então em 28 de julho de 1996 o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, pelo Decreto nº. 1946, com finalidade de apoiar o desenvolvimento rural. O programa busca o fortalecimento da agricultura familiar como capaz de gerar emprego e renda, numa perspectiva mais sustentável, de forma a estabelecer um padrão de desenvolvimento solidário, atingindo níveis de satisfação e bem estar de produtores e consumidores em várias questões (econômicas, sociais e ambientais) do setor agroeconômico nacional (MORAES, 2000).

Com apoio das representações sociais das famílias rurais e dos organismos internacionais e prometendo receber a colaboração, também, dos segmentos políticos locais que vislumbram a possibilidade de receber dividendos de sua implementação, o PRONAF pôde ser estabelecido.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. (portal do MDA, acessado em 04 de setembro de 2012).

O PRONAF financia projetos que o agricultor familiar pode desenvolver. Estes projetos devem gerar renda para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, pelo custeio da safra, atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura, jamais ultrapassando renda bruta anual de R\$ 110 mil (portal do MDA, 2012), o que evidencia a preferência pelo pequeno produtor.

Esses projetos favorecem o fortalecimento do trabalhador rural no campo, prevendo o desenvolvimento econômico, social e político dos beneficiários e da sociedade a sua volta e estimulando atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1999).

O artigo 1º do Decreto que instituiu a criação do PRONAF, estabelece que o Programa deve promover o desenvolvimento sustentável do segmento constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhe o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. Estas são as mesmas condições descritas na Agenda 21, com relação a crescimento econômico e preservação ambiental equilibrada.

A agricultura sustentável tem um longo caminho a trilhar, seja no campo científico, de definições e acúmulo de conhecimentos, seja no campo prático, de realização de métodos e colheita de resultados.

O maior desafio que tem se apresentado talvez seja a participação popular, garantia das forças sociais nos processos, na disputa por uma outra forma de desenvolvimento que envolva espaços mais democráticos e culturalmente responsáveis. Parece-me que a agricultura familiar é o modelo que mais se aproxima da noção de sustentabilidade que atenda essas necessidades.

3. METODOLOGIA E MÉTODO DE PESQUISA

Este capítulo trata do método utilizado na pesquisa que embasou esta dissertação

de mestrado, suas formulações e desenvolvimento.

Esta pesquisa se caracteriza quanto à **finalidade** como aplicada, ou seja, pretende gerar conhecimentos que possam ser aplicados na prática, que sirvam para a solução de problemas específicos.

Quanto à **natureza** do problema ela é qualitativa, realizada em cenários naturais (BOGDAM e BIKLEN, 1994), com a participação de homens e da natureza, conseqüentemente com a influência desses fatores também.

Na investigação qualitativa o pesquisador tem caráter importante, pois é instrumento principal da pesquisa. Entende que as ações são melhores entendidas quando são observadas em seu ambiente habitual de ocorrência, está preocupado com o contexto.

Divorciar o ato, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado da pesquisa. As circunstâncias históricas e movimentos em que foi formado são essencialmente parte do processo investigativo do pesquisador qualitativo. Como descreveu Geertz *apud* Bogdam & Biklen (1973, 1994, p.48):

Se a interpretação antropológica consiste na construção de uma leitura dos acontecimentos, então, divorciá-la do que se passa – daquilo que em determinado momento espaço-temporal [sic] pessoas particulares afirmam, fazem, ou sofrem, de entre a vastidão de acontecimentos do mundo – é o mesmo que divorciá-la das suas aplicações, tornando-a oca. Uma boa interpretação do que quer que seja – um poema, uma pessoa, uma história, um ritual, uma instituição, uma sociedade – conduz-nos ao coração daquilo que pretende interpretar.

Quanto **aos objetivos**, a pesquisa é caracterizada como descritiva, os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens, não de números. Os dados serão utilizados para ilustrar e substanciar a apresentação. Transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registros oficiais são analisados em toda sua riqueza na investigação qualitativa, no intuito de gerar narrativas que descrevem o mundo examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objetivo de estudo.

Bogdam e Biklen afirmam que muitos de nós, investigadores qualitativos, ao coletar dados descritivos, abordamos o mundo de forma minuciosa, mas constantemente funcionamos com base em “pressupostos”, que podem nos tornar insensíveis aos detalhes do meio que nos circunda e às presunções que nos conduzem.

Estes autores declaram ainda que relatórios e artigos qualitativos têm sido classificados como “anedóticos”, pois tem citações e narrativas que tentam descrever determinada situação ou visão do mundo.

Frequentemente o “por que” das ações, teses, motes, questões é utilizado para dissertar sobre determinadas atividades e como ocorrem em determinados locais, em determinado tempo e por determinado motivo. Para o pesquisador, nada pode ser considerado como um dado adquirido e nada pode escapar à avaliação. A descrição funciona bem como método de coleta de dados, quando se pretende que nenhum detalhe escape ao escrutínio.

A pesquisa realizada visa compreender as contribuições de determinadas características de empreendimentos da agricultura familiar para a Sustentabilidade. O empreendimento, por sua concepção, é organizado coletivamente, contando com a participação de seus membros nas decisões e atividades.

As próprias políticas públicas para a agricultura familiar orientam que os investimentos nessa área sejam planejados, elaborados, executados e monitorados por organizações coletivas, que prezem a participação de todos.

3.1. CAMPO DE ESTUDO

A pesquisa apresenta uma análise de um empreendimento da agricultura familiar sediado no estado do Rio Grande do Norte, especificamente, a Rede de Comercialização Solidária Xique Xique. A investigação se foca na contribuição que algumas características de organização desse empreendimento faz à Sustentabilidade, e assim sendo, o empreendimento foi selecionado por um conjunto de características abaixo listadas:

- Organização coletiva: que seja composto por no mínimo sete membros ativos;
- Ser empreendimento da agricultura familiar;
- Apresentar renda para os participantes cooperados ou associados;

Outro fator influenciador foi a facilidade de acesso, tanto pela distância física como pela aceitação do grupo em participar da pesquisa, também foram fatores decisivos para a seleção do coletivo.

As categorias de análise desta dissertação são as características dos empreendimentos, não os empreendimentos em si ou seus membros. Para o máximo de contribuição com os objetivos da pesquisa, as unidades de análise devem ser escolhidas pela sua diversidade não em busca por aleatoriedade (STUART *et al.*, 2002).

Neste estudo, a indicação e as escolhas definitivas do empreendimento foram feitas através de sites especializados, de pesquisa exploratória com órgãos de monitoramento

e acompanhamento, como o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Rio Grande do Norte (CEDRUS/RN), e com órgãos reguladores e de assistência como a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Rio Grande do Norte (DFDA/RN), que é o órgão representativo do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA).

Além disso, através da “imprensa popular” e de conversas com profissionais e estudiosos da área, foram identificados possíveis organizações que pudessem contribuir para a pesquisa em questão.

Foram então mapeados vinte e um empreendimentos nestas fontes e analisados quanto ao tempo de execução, unidades produtoras, membros associados e relevância para o trabalho. Destes, cinco foram selecionados para uma visita exploratória. Onde um não respondeu as solicitações de visita e outro não foram identificados os canais de comunicação.

Com três empreendimentos listados – rede Xique Xique, Grupo de Mães Tereza Celestina Dantas e Pólo de Tilapicultura do Mato Grande - foi realizada a pesquisa exploratória presencial, com apresentação da pesquisa, dos assuntos a serem observados e do referencial básico que sustenta a pesquisa, bem como uma observação dos dados de cada empreendimento, como supracitado.

Ao fim, diante dos dados dispostos e das orientações apresentadas, a rede Xique Xique de comercialização solidária foi o empreendimento que mais se aproximou da proposta deste estudo, que mais poderia contribuir para esta pesquisa, ao menos teoricamente.

A visita em cada núcleo da rede revelou a diversidade existente entre as organizações, seja tanto no seu posicionamento geográfico quanto em relação à atividade produtiva principal, bem como os costumes locais de relações pessoais, sazonalidade e mix de produtos.

As dificuldades encontradas por cada grupo na comercialização dos seus produtos, as políticas públicas para agricultura familiar que foram acessadas, o tipo de empreendimento dos pequenos produtores (assentamento de reforma agrária ou não), também foram pontos marcantes durante a observação das organizações visitadas.

Apesar das diferenças encontradas em cada núcleo, as semelhanças concernentes a este estudo foram consideradas pertinentes. Assim como a pluralidade destes pode agregar a esta pesquisa novas fontes de dados e impactos ainda não identificados ou sugeridos.

Acreditando na construção do coletivo de membros participantes da organização pesquisada, o método utilizado foi **grupos focais**. Que consiste em reuniões com duração de trinta a cento e vinte minutos, com a participação total ou parcial dos membros que estão associados aos empreendimentos.

A orientação do trabalho em grupo valerá de uma matriz de identificação das características que serão observadas. O modelo que foi abordado tem como referencial de Sustentabilidade as fundamentações e as definições de Sachs, caracterizando Sustentabilidade em cinco domensões: ecológica, econômica, social, política e cultural.

O grupo focal tem como característica a interação do grupo para a produção de dados e *insights* que seriam menos acessíveis sem a interação verificada em um grupo (MORGAN, 1988, p. 12). Foi exatamente o que se buscou neste estudo.

O processo de coletivização dos empreendimentos exige uma pesquisa que seja realizada a partir de observações do grupo. Suas características coletivas, afinal os empreendimentos são coletivos, são as características da organização, como acontece o processo de gestão, como são escalonados os trabalhadores, qual a participação de cada um no processo. Essas são decisões que o grupo toma coletivamente.

Morgan (1988, p. 11) vê os grupos focais como úteis para:

- A orientação do indivíduo em um novo campo;
- A geração de hipóteses, com base nos *insights* dos informantes;
- A avaliação de diversos locais de pesquisa ou de populações em estudo;
- O desenvolvimento e programas de entrevista e questionários;
- A observação de interpretes por parte dos participantes sobre resultados obtidos em estudos anteriores.

Condizendo com a proposta apresentada nesta pesquisa, a opção por grupo focal traduz a necessidade de se observar o grupo em ação, suas relações de decisão e influência interna. Notando o comportamento coletivo no tocante aos temas abordados, as suposições e os complementos que devem surgir nas discussões em grupo.

A economia de tempo e de gastos proporcionada pela realização de uma pesquisa com grupos de pessoas ao mesmo tempo, em vez de diversos indivíduos em ocasiões distintas, e os elementos da dinâmica com o grupo destacam-se no processo do debate com o coletivo. Blumer afirma:

Um pequeno número de indivíduos reunidos como um grupo de discussão ou de ajuda vale muito mais do que qualquer amostra representativa. Um grupo como esse, discutindo coletivamente sua esfera de vida e aprofundando-se nela assim tão logo se depara com divergências entre si, fará mais para erguer as máscaras da vida do que qualquer outro dispositivo que eu conheça. (1969, p. 41)

O objetivo é atingir as formas cotidianas de comunicação e de relações, que se apresentam de forma mais direta e óbvia do que em entrevistas e levantamentos, como afirma Pollock (1955). “O estudo das atitudes, das opiniões e das práticas dos seres humanos em

isolamento artificial dos contextos nos quais estas ocorrem deve ser evitado” (POLLOCK, 1955, p. 34).

Outro elemento importante para o uso do grupo focal é que as retificações por parte do grupo – no que diz respeito a opiniões que não estejam corretas, que não sejam socialmente compartilhadas ou que sejam radicais – são postas como um meio de reafirmar pontos de vista. A reconstrução de opiniões individuais pelo grupo é mais apropriada (FLICK, 2009, p. 182).

No entanto, as limitações desse modelo podem ser identificadas, como as diferenças nas dinâmicas de grupo, às dificuldades de comparação dos grupos e de identificação das opiniões e das visões dos membros individuais do grupo dentro das dinâmicas.

Na tentativa de minimizar esses limites, este método foi combinado com outros que ajudem a evidenciar as opiniões grupais, os processos de escolhas dos grupos e as ações e percepções do coletivo, como entrevistas e observações individuais adicionais.

Para além do grupo focais, entrevistas individuais abertas foram realizadas para complementar as informações obtidas na realização do grupo focal. Oportunamente, um estudo intitulado “A Construção de Mercados para a Agricultura Familiar: processos e práticas de produção agroecológica e comercialização solidária da Rede Xique Xique”, realizado pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, sob a coordenação do professor Emanuel Márcio Nunes, foi utilizado como fonte de dados para comparações com as análises realizadas.

3.1.1. REGISTRO DOS DADOS

Para cada encontro, grupo focal e entrevistas individuais, foi registrado num caderno de anotações uma tentativa de diário de campo. Apesar das limitações quando se faz entrevista e relato ao mesmo tempo, este diário registrou os principais pontos discutidos durante as entrevistas e grupos focais, servindo como norteadores para a análise. Os encontros realizados foram gravados em áudio para posterior análise e complementação dos dados descritos.

Infelizmente, diante das dificuldades de realização dos grupos focais e das entrevistas, esses momentos não puderam ser filmados. As limitações espaciais e de tempo, bem como limitações técnicas, foram encontradas no decorrer da pesquisa.

Segundo Glaiser e Strauss (1967), no estudo qualitativo as abstrações são

construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando. Uma teoria de “baixo para cima” com base em muitas peças individuais de informação recolhida que estão inter-relacionadas. É o que se conhece por teoria fundamentada.

No processo de análise dos dados os fatos estão abertos de início e vão se tornando mais fechados e específicos no extremo. Bogdam e Biklen (1994) comparam esse artifício com um funil, onde à medida que observamos os eventos e analisamos as partes como um todo, os elementos vão sendo conhecidos e o estudo vai tomando forma.

Não se trata de montar um quebra-cabeças cuja forma final conhecemos de antemão ... Não se presume que se sabe suficiente para reconhecer as questões importantes antes de efetuar a investigação. (BOGDAM e BIKLEN, 1994, p. 50).

As visitas previamente realizadas nos empreendimentos ajudaram a compreender a dinâmica de alguns processos coletivos e de organização local, bem como forneceram informações sobre história e momento dos empreendimentos.

Durante as visitas exploratórias, que visavam selecionar quais organizações auxiliariam esta pesquisa, questões que eram concernentes no momento foram levantadas pelos participantes e promovidas em pequenos debates e conversas amistosas, acrescentando ainda mais na metodologia que deveria ser realizada.

Esta etapa do presente estudo representou momento dedicado à seleção do método exatamente por se aprofundar em questões que só deveriam ser abordadas na próxima etapa sugerida da pesquisa, o grupo focal. Apesar disso, não se constituíram obstáculos ao andamento do estudo, evidenciando mais tarde as contribuições necessárias.

Com informações pertinentes dos empreendimentos e orientando-se pelo referencial já citado nos capítulos passados desta dissertação, sobretudo em Ignacy Sachs, o quadro abaixo foi elaborado para auxiliar as análises dos grupos focais:

Aspecto Dimensão	Impacto relacionado	Dados
Ecológico	A deterioração dos ecossistemas relacionados. Preservação de recursos naturais e energéticos. Emissão de produtos danosos a natureza.	Área desmatada. Rodízio de plantações. Refugo do processo produtivo.
Social	Paridade econômica. Melhor qualidade de vida. Exclusão social. Redução de conflitos.	IDH municipal. Conflitos violentos relacionados à organização. Renda média por produtor. Aquisição de bens materiais e não materiais.
Econômico	Eficiência na gestão dos recursos do empreendimento. Aporte financeiro público ou privado.	Raio de impacto dos produtos. Total e investimentos. Lucratividade do empreendimento.
Político	Participação dos membros na gestão do empreendimento. Entendimento do modelo adotado para o empreendimento e município. Envolvimento em movimentos sociais locais.	Modelo e estrutura da gestão. Quantidade de membros “diretores”. Participação em assembleias.
Cultural	Construção de soluções endógenas para o município ou empreendimento.	Quantidade de soluções participativas.

Tabela 2 – Aspectos a serem analisados nos grupos focais Fonte: Adaptado de Sachs (1993)

A tabela 2 serviu de referencial nas informações coletadas e analisadas – dados quantitativos e conversas nos grupos focais – nas reuniões dos grupos e nas entrevistas pelo pesquisador e analisados posteriormente.

As abordagens de cada reunião variaram de acordo com o momento da pesquisa e situação do grupo focal ou participante entrevistado. Bem como os interesses locais influenciaram o debate nos encontros, e isso orientou o pesquisador a utilizar outras estratégias (dinâmicas, questionamentos focados, entre outros) para entender a relação das supracitadas dimensões com o processo de organização do empreendimento.

A pesquisa com a Rede Xique Xique foi realizada entre setembro e dezembro de 2012, mediante a disponibilidade do grupo e das pessoas. É importante citar que a dinâmica própria de cada organização pode flexibilizar ou não a introdução de novas metodologias. Na Rede, essa dinâmica contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa e promoveu boas

oportunidades de trocas, mesmo havendo impedimentos eventuais.

A prática do uso de grupos focais oferece mais praticidade e dinamiza o diálogo com o grupo, no entanto necessita de espaço e tempo daqueles que estarão nesse momento. Infelizmente, no final de 2012 a Rede Xique Xique não dispunha de nenhuma dessas duas, dificultando o andamento da pesquisa conforme desejado.

As dificuldades financeiras em que se encontrava a Rede, comum em empreendimentos coletivos de pequenos agricultores, impossibilitava-a de promover as reuniões mensais do grupo gestor, já que estas necessitavam de gastos com passagem, alimentação e hospedagem, por mais que solidária.

Outro impedimento, que se mostrou limitador, foi a proximidade do final do ano, quando se realizou a FERIA Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária - FENAFRA e a Rede estava convidada a participar e levar seus produtos para comercialização e outros. Todos os produtores da Rede estavam empenhados em produzir o máximo possível, com a qualidade característica, para expor na referida feira. Esse esforço os impelia a desprender mais dedicação a sua produção, consumindo o tempo dedicado para a gestão da Rede, inclusive.

Sendo assim, mesmo com aporte financeiro, o grupo gestor não poderia se reunir com a frequência desejada, e sua última reunião do ano foi realizada no mês de setembro, no município de Mossoró, quando do encontro de debates feministas que ocorria no mesmo período e local, minimizando custos.

Essa situação em específico foi fator principal para a dificuldade em realizar os grupos focais planejados. Se o grupo não se encontra, não existe a possibilidade de conversar com o grupo, conforme requer a técnica escolhida – grupo focal. Nesse caso, exigindo que entrevistas individuais fossem realizadas como forma de complementação da pesquisa.

Como foi destacado, a Rede exerce influência em vários espaços da sociedade, fazendo assim com que sua agenda seja bastante cheia, isso dificultou o encontro com o membros gestores e fez muitas vezes com que a entrevista não tivesse o ambiente desejado.

Em apenas 01 caso, a entrevista teve que ser descartada, pois sofreu interrupções e desvirtuou o enfoque por demais, e deixando assim de fazer suas contribuições para o entendimento da Rede, apenas não foi levada em consideração nas análises.

Foi no encontro da Rede em setembro que foi apresentado em maior escala e abrangência, por este pesquisador, a proposta de pesquisa e quais contribuições esta poderia fazer para a Rede Xique Xique, como se envolvia com os temas do debate atual que o grupo gestor fazia e como ela – pesquisa - se encaixava nos demais projetos da Rede que estavam

em desenvolvimento naquele momento.

Depois de alguns questionamentos e levantamentos pertinentes acerca do pesquisador e da pesquisa em si, apontados pelos membros do grupo gestor da Rede e por demais membros presentes, mais membros foram solidários, além daqueles já previamente concordados, ao desenvolvimento da mesma e contribuíram com sugestões e dicas para um melhor “desembaraço” do desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa foi acontecendo de acordo com a capacidade da Rede Xique Xique e seu grupo gestor em dispor de tempo, por mais que pouco, para a realização do grupo focal. Dificuldade que se mostrou pertinente, mesmo com esforço de todos, mas por causa de outros fatores, como já exposto.

Depois de muitos contatos com membros da Rede e com a coordenação, foi encontrado um espaço para um encontro com parte do grupo gestor, onde seria realizado o primeiro e único grupo focal da pesquisa. Este momento foi cedido numa brecha na programação de um seminário feminista, na realidade, ao final do encontro, no último dia, destinado a atividades de lazer.

A realização de apenas um grupo focal com uma parcela do grupo gestor não foi suficiente, como era de se esperar, para a obtenção dos dados desejados. Sendo assim, outro momento para a realização de mais um grupo focal foi perquirido, mas sem êxito, entrevistas semiabertas começaram a ser realizadas. Mesmo encontrando dificuldades, estas possibilitavam manter o foco da pesquisa e sua efetividade, já que o prazo para o encerramento do estudo estava se esgotando.

As entrevistas aconteceram com demais membros do grupo gestor, enfatizando a diferença de núcleos, ou seja, que não se repetisse entrevistas com membro gestor de um mesmo núcleo, a não ser que fosse necessário, fato que não ocorreu. Uma peculiaridade, uma determinada entrevista, diante das dificuldades e dos limites encontrados e aproveitando o pequeno espaço de tempo, foi realizada com 02 membros do grupo gestor de diferentes núcleos. Essa característica se mostrou bastante válida, mesmo não se estendendo pelas demais, por se comportar de maneira similar ao grupo focal, contando com contribuições mútuas dos participantes e a validação, ou não, de elementos apontados durante a discussão.

Todos os encontros (grupo focal e entrevistas), considerados validados para a pesquisa, tem as características listadas abaixo:

- O tipo de estudo (mestrado), objetivo e método da pesquisa, foram apresentados previamente;
- Foi gravado em audiovisual, se disponível;
- Contou com roteiro orientador.

De acordo com essas características, o total de encontros que podemos listar como válidos foram: 01 grupo focal com 06 pessoas, 04 entrevistas individuais e 01 entrevista em dupla. Sabendo que os demais encontros e conversas informais também contribuíram para a compreensão dos debates avaliados.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1. A REDE XIQUE XIQUE

A Rede de Comercialização Solidária Xique Xique está localizada no território rural de Assú/Mossoró e tem seu polo central na cidade de Mossoró.

A rede surgiu a partir da experiência de comercialização e produção de um grupo de mulheres no município de Mulunguzinho, zona rural de Mossoró, chamada APT – Associação dos Parceiros da Terra. Esse grupo de mulheres produziam hortaliças orgânicas e contavam com o apoio financeiro do Garden Brazil e assistência técnica da ONG CF8.

Os clientes solicitavam os produtos desejados e o grupo de produtoras comercializava e ofertava os produtos sugeridos semanalmente. Nesse processo também existiam uma pesquisa de mercado entre os consumidores e um planejamento do que deveria ser produzido.

Contudo, o grupo de agricultoras não produzia todos os produtos sugeridos pelos consumidores, e como a comercialização estava obtendo bons resultados, pensou-se em expandir o mercado e ofertar novos produtos. Assim novos produtores foram procurados e inseridos numa rede de comercialização batizada de Espaço de Comercialização Solidária Xique Xique.

Nesse momento os PDAs, Plano de Desenvolvimento de Assentamentos, foram parceiros para o crescimento da rede.

Um espaço foi alugado no município de Mossoró e se tornou o centro de comercialização dos produtos da rede, como feira livre. Mas esse logo se tornaria pequeno e sem a capilaridade exigida pelo mercado consumidor, nascendo a ideia das feiras descentralizadas.

As feiras livres descentralizadas exigiam maior nível de organização da rede, assim formaram-se núcleo de organização, comercialização e produção da rede. Os núcleos tiveram dois objetivos básicos:

- Criar centro de referencia da rede, descentralizando a organização; e
- Organizar as feiras descentralizadas locais

Atualmente a Rede Xique-Xique é constituída por 60 grupos produtivos, em 12

núcleos distintos, abrangendo 03 Territórios Rurais no estado do Rio Grande do Norte: Sertão do Apodi, Açu-Mossoró e Mato Grande. Tendo atividades nos núcleos: Apodi, Baraúna, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Grossos, Janduís, Messias Targino, Mossoró, São Miguel do Gostoso, Serra do Mel, Tibau e Upanema.

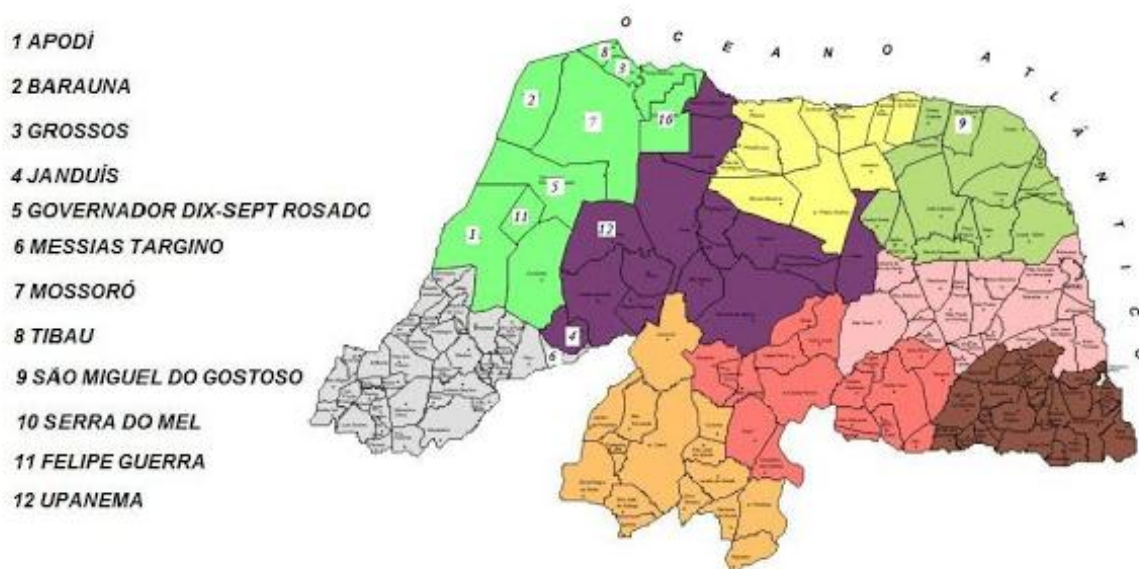


Figura 1 – Municípios do Rio Grande do Norte onde a Rede Xique Xique possui um núcleo (FONTE: *blog da Rede Xique Xique*)

Cada núcleo tem funcionamento independente com feiras organizadas localmente, ofertando produtos produzidos no local e, quando há mercado, oportunizando trocas de produtos com os demais núcleos da rede.

Em setembro de 2012, a Rede contava com doze núcleos organizados. Apesar de nem todos realizarem feiras, eles fazem parte do conselho gestor da organização, em que cada núcleo tem dois assentos no conselho.

A Rede não regula o tipo de produção de cada núcleo, podendo mais de um núcleo produzir o mesmo produto. No entanto, não é permitido que se comercialize produtos de outros produtores se estes produtos forem produzidos pela própria rede, ou seja, que se venda ovos de um produtor que não faça parte da feira. Existindo a demanda por ovos, que estes sejam oriundos dos produtores que fazem parte da Rede.

As principais dificuldades enfrentadas que foram citadas são: a dificuldade na regularidade da produção; o alto custo com o transporte dos produtores; e a falta de recurso próprio para a administração da rede.

Existem alguns princípios fundamentais que em que a Rede se baseia: feminismo,

agroecologia e economia solidária. Estes princípios podem ser identificados claramente em sua carta de princípios, que se encontra no Anexo I desta dissertação.

4.2. A SUSTENTABILIDADE DA REDE XIQUE XIQUE E SEUS ASPECTOS

Acerca do que já tratamos por Sustentabilidade, entendemos que os atores, em seus diversos cenários e motivos, por suas diversas características, assumem discursos independentes, principalmente para conceitos ainda em formulação e não tão bem definidos, como é o caso da Sustentabilidade. As análises correntes também se referem a este debate, tendo como referencial o que nos apresenta Ignacy Sachs, mas também entendendo que este debate ainda está em construção e não podemos “fechar as portas” para outras interpretações.

Para cada aspecto da Sustentabilidade, evidenciaram-se pontos de destaque com maior ênfase por parte dos entrevistados. A partir da análise das entrevistas transcritas, o quadro abaixo foi construído destacando esses pontos principais com base em cada aspecto:

Dimensão da Sustentabilidade	Principais pontos de destaque
Ecológica	Métodos alternativos ao uso de agrotóxico Cultivos agroecológicos Consciência ambiental
Social	Qualidade de vida por causa do consumo de produtos agroecológicos Postura igualitária com todos Existência de conflitos de terras Dificuldade de acessar políticas públicas Conflitos de classe, com ênfase na luta feminista
Econômica	Financiamentos através políticas públicas Rendas individuais por núcleo e pelo trabalho (mais produto, mais renda) Outras fontes de recurso - trabalhos externos Afirmação de um outro modelo - economia solidária
Política	Conflito em políticas públicas Consciência política, formações Debates sobre feminismo (movimentos sociais) Modelo de organização coletiva da rede Participação em espaços decisórios da sociedade
Cultural	Assistência técnica - modelo de construção de projetos Funcionamento da rede, decisões Dificuldades com a produção

Tabela 3 – Principais pontos de destaque encontrados

As distintas dimensões e aspectos apresentados por Sachs (1998) são usados aqui para analisar diferentemente os debates e discursos apresentados nos encontros realizados.

Essas dimensões estão expostas em 05 aspectos: ecológico, social, econômico, político e cultural, que estão apresentados em subtítulos.

4.3. ECOLÓGICA

O aspecto ecológico está relacionado ao convívio com ecossistemas, a conservação dos recursos naturais, aos impactos gerados pela atividade produtiva.

A Rede Xique Xique afirma em sua carta de princípios:

Tratando-se de produção agropecuária devem ser observados os princípios da agroecologia de: manejo sustentável do solo e água, valorização e resgate de culturas e sementes tradicionais, controle natural de pragas e doenças das plantas e animais, conservação e manejo dos ecossistemas aquáticos e integração das criações de animais no sistema de produção familiar diversificado. (Rede Xique Xique, 2004).

Em todas as entrevistas realizadas ficou evidenciado a preocupação com a busca por um cultivo agroecológico, a neutralização do uso de agrotóxico e o incentivo pela descoberta de novas técnicas de produção. Numa das entrevistas, as técnicas alternativas para conter o avanço do agrotóxico de cultivos vizinhos (quebra vento natural) foi bastante defendida, sobretudo elencando as dificuldades encontradas, como posso citar:

[...] o que eles alegam é que uma parte da área que eles plantam, de mamão, vem praga de outros hectares de terra e se ele não usar agrotóxico numa parte da plantação aquela área vai afetar toda a área [...] Ali tá porque eles não têm uma diversidade, eles plantam por área. Enquanto nós pequenos evitamos essa coisa usando tanto o ninho como a diversidade de plantas. Então é isso que faz a diferença. É a gente voltar pros antepassados da gente e usar aquele consórcio. Não tem [...] planta tudo misturado e no final você colhe uma coisa pra comer, outra pros seus animais [...] E assim né, quando tem o veneno próximo a solução é fazer o quebra-vento.

As áreas vizinhas cultivadas por outras organizações, geralmente empresas do agronegócio, tem preocupado os produtores da Rede Xique Xique, mesmo com o uso de um ou outro método alternativo para frear o alcance do agrotóxico. Os entrevistados afirmam que é possível constatar a contaminação das plantações, isso porque não existe certeza na distância que um insumo químico pode alcançar, seja pelo solo, pela água ou pelo ar.

É possível identificar, também, o uso da policultura, o cultivo de diversos tipos de plantas em um mesmo espaço, sendo cultivadas juntas, sem ordenamento cartesiano, congregando suas principais características e beneficiando-se de seus resultados, gerando menos impacto e propiciando aumento da produtividade.

Você não tem como não ter só monocultura [...]. A diferença do orgânico pro agroecológico é justamente isso, você pode produzir hoje orgânico monocultivo.

Pode ter um produto mínimo de agrotóxico fazendo mal à natureza, pois você pode produzir só abacaxi orgânico, mas que equilíbrio à natureza você tá fazendo nisso?

O uso dessa técnica, considerada mais natural e “antepassada”, tem sido experimentado por todo o território nacional, mostrando ser uma alternativa interessante para cultivos simultâneos. Na Rede esse método não está em ampla aplicação, mas já se mostra eficiente nos núcleos existentes.

Um ponto influenciador da prática agroecológica pela Rede Xique Xique, em especial nos últimos anos, é a adequação ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que visa ao “enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar” (MDA, 2012). O Programa garante acréscimos nos preços de referência dos produtos em até 30% sobre o valor dos demais, desde que certificados por entidade credenciada, o que impele a Rede à busca da certificação de seus produtos agroecológicos e fortalece a sua defesa por esse tipo de cultura.

No debate acerca do conceito agroecológico, a capilaridade dos pontos de influência do processo pode impactar o produto final, ou seja, um elemento de entrada, por mais básico que seja, que tenha sido tratado com insumos químicos não desejados no produto agroecológico, pode contaminar o produto final que seria identificado como livre desses insumos. Essa reflexão foi citada em mais de uma entrevista.

Na ração dos animais, nas hortaliças, porque você já usa o esterco. Porque a hortaliça ela é toda só com o adubo do gado e da criação. Aí você confirma que é agroecológico porque nada lá passou por um processo de.... na hora que fizer uma análise numa empresa, na universidade... aí dá positivo por causa dessa segurança.

E ainda revelam uma preocupação com os insumos externos, que não são de produção interna e que precisam ser utilizados nos cultivos, é o caso do milho usado na ração dos animais. É revelada uma preocupação com a procedência agroecológica desse milho, já que o esterco do animal que comerá esse milho será utilizado como adubo na plantação. Essa relação evidencia a percepção do mundo como uma teia, em que todas as ações estão envolvidas e impactam todo o equilíbrio do planeta. Como podemos observar nesta passagem:

A gente tem todo esse cuidado, tendo cuidado de saber que os animais...apesar de agora a gente não vai nem tanto dizer, pois não tem a segurança desse milho que tá vindo desses outros países

Mesmo assim, ainda pode ser observado que em alguns cultivos o entendimento do processo sustentável não ultrapassa a barreira do não uso de químicos, a exemplo do cultivo de mariscos, que são retirados do mar *in natura* e passam por um simples processo de cozimento. Destaco abaixo trecho da entrevista:

O marisco é 100% agroecológico, a gente não coloca nenhum produto agrotóxico. Saiu do mar a gente faz só o cozimento mesmo, ali a gente não coloca nada. A gente faz só lavagem depois da catação.

Aqui não ficou evidenciado o cuidado com a capacidade de equilíbrio da natureza, ou seja, a reordenação natural do ciclo de vida do marisco. Não se sabe exatamente sua capacidade de reprodução e o impacto que esse “cultivo” tem causado ao ecossistema local. Esta ausência de gerenciamento ambiental em alguns cultivos pode ser ocasionada pela falta de assistências técnicas especializadas.

As dificuldades encontradas devido às barreiras naturais exigem mais dinâmicas na produção, uma produção mais variável, e esses avanços são mais percebidos naqueles núcleos onde existe assistência técnica assegurada. Não que os demais núcleos apresentem propostas alternativas, mas sem o conhecimento técnico assistido por pesquisas científicas, em alguns casos, as perdas com as tentativas são maiores. O trecho abaixo apresenta essa característica:

Mas agora inverteu, hoje nós temos muita política pública pra comercialização e não temos assessoria técnica nos empreendimentos [...] Tem todo um negócio que temos dificuldades devido ao clima, que não podemos superar, mas devido a algumas tecnologias que nos adapte a viver nesse semiárido e as condições climáticas. O acompanhamento da produção, nesse momento é crucial e nós temos dificuldades de ter.

Por outro lado, fica evidente que existe uma preocupação com a preservação e com o ambiente, a vida equilibrada dos ecossistemas com a produção “sustentável”. Em todas as entrevistas foi mencionada a defesa do cultivo agroecológico, quase sempre sendo lembrado que essa é uma luta da Rede, que está em sua carta de princípios.

Em muitos casos foi levantada a questão de qual é o equilíbrio adequado da produção, em qual proporção pode se existir um cultivo com qualidade e obedecendo ao tempo natural de restauração do ambiente utilizado. Essa preocupação com a sobrevivência de ecossistemas nativos nas áreas de cultivo também representa uma preocupação com a sobrevivência dos indivíduos e da comunidade, pois a relação da continuidade da vida da comunidade é direta com a prudência com que se utilizam os recursos naturais disponíveis.

De fato, de acordo com os dados obtidos por Nunes (2012), 21,19% dos agricultores familiares da Rede afirmaram que seu cultivo é convencional. Apesar disso, apenas 6,49% dos agricultores familiares afirmaram que usam algum insumo químico.

A formação continuada e a troca de experiências são fatores precursores na busca de uma Sustentabilidade Ecológica, e isso foi evidenciado nos discursos de seus membros. No entanto, a falta de um acompanhamento de resultados, de uma aproximação com

conhecimentos científicos mais especializados e de um manejo que considere um ambiente sistêmico implicam em alguns desgastes ambientais e de impactos ainda não computados.

4.4. SOCIAL

A Sustentabilidade Social, que é abordada nessa dissertação, se caracteriza essencialmente por uma sociedade mais igualitária. Neste ponto a Rede Xique Xique apresenta uma real preocupação com a paridade dos seus membros, seja em questões de melhoria de vida, seja pelo equilíbrio econômico de suas fontes de recurso.

A Rede é composta por pequenos produtores, que segundo o relatório final do projeto coordenado pelo professor Emanuel Nunes (2012), que mapeou os processos e práticas de produção da Rede Xique Xique, tem no núcleo de maior área produtiva uma área total média de 27,50 ha, evidenciando a característica de pequeno produtor da Rede.

A tentativa de aproximar esse pequeno produtor do consumidor final, eliminando a figura do “atravessador”, é apresentada nesse contexto, como podemos evidenciar na seguinte fala: “a gente não sofre com as indústrias, sofre mais com os atravessadores”. A Rede nasce com esse objetivo, de tentar garantir mais renda ao pequeno produtor, aproximar o consumidor, que representa uma nova busca pela melhoria do acesso, dado através da oferta do produto ao consumidor final, aumentando o faturamento do produtor.

Em sua Carta de Princípios, a Rede afirma:

[...] os financiamentos, a produção, a comercialização e o consumo devem se distanciar de todas as formas de exploração do trabalho, incluindo o trabalho infantil, ausência de salário digno, desigualdade salarial entre homens e mulheres, presença da figura do atravessador entre a produção e comercialização, dentre outras.

Nessa perspectiva, as entrevistas mostraram que a Rede caminha para uma crescente satisfação dos seus membros, que afirmam ter conseguido mais renda e através de métodos mais aceitáveis. Reflexo para a qualidade de vida dos membros, que produzem, também, para subsistência. Assim, acabam consumindo produtos mais saudáveis, como afirma um dos entrevistados: “A renda da família melhorou muito por causa dessa diversidade. Alimentação, que você vai produzir pra ver [...] isso é uma qualidade de vida”.

As questões essenciais no debate sobre a igualdade social, que foram levantados nas entrevistas, estão centradas na disputa por terra. As formas de distribuição das terras de cultivo.

O nosso solo ele praticamente, em certas regiões, já não tem mais produção e onde tem há o impacto de ganância querendo tomar as terras dos pequenos produtores. Eu

não sei se vai ajudar na sua pesquisa, mas existe uma preocupação que hoje a gente tá vendo, entre aspas, que o MDA que defende tanto a agricultura familiar não tá tendo essa defesa. O pequeno agricultor está ficando encurralado. Eles estão ficando aquele animalzinho no cantinho com medo do bicho-papão chegar a tragar ele. Essa história de defesa de agricultura familiar que são milhões e milhões não está sendo pra agricultura familiar. Está sendo pra o agronegócio.

Fica evidente nessa fala a preocupação com a redução dos conflitos existentes entre os modelos de cultivo, o pequeno produtor e o grande produtor. A pressão que a larga produção exerce sobre o produtor de pequena escala, influenciando inclusive, na percepção aqui explícita, as políticas de Estado, quando os financiamentos concedidos a pequenos produtores se igualam, ou até são superados pelos incentivos fiscais dados aos grandes.

Esse conflito de terras é mais exacerbado quando abordado do ponto de vista feminista. Os desgastes enfrentados pela Rede desde o início do seu funcionamento elencam, sobretudo, a posição da mulher na família, e em determinado momento, quando questionadas sobre os eventos de formação, a resposta foi bem clara:

[...] tem a auto formação das mulheres que participam e também quando a gente faz um planejamento deixa bem escrito ‘não adianta ter um produto livre de agrotóxico e ele tenha o sangue das mulheres’ [...].

Os avanços dessa disputa são aclamados, mas ainda exigem esforços, a continuidade de formações e eventos para reduzir a distância entre os “direitos”, de homens e mulheres, tem sido mantida, e apesar de ter bons resultados na Rede, a expectativa é que essa transformação possa afetar a mais membros da sociedade.

Longe de atingirmos o que se considera aqui Sustentabilidade Social, a Rede apresenta um grande avanço em igualdade. Mais uma vez, é na disputa por uma sociedade mais justa e igualitária que a Rede mais tem enfrentado dificuldades. O modelo adotado de uma gestão coletiva e ao mesmo tempo respeitando os limites individuais e nucleares tem implicado em ótimos resultados. Os relatos indicam satisfação dos membros e o desejo pela continuidade no modelo da Rede.

4.5. ECONÔMICA

O uso das feiras agroecológicas nos núcleos representa uma alternativa evidentemente melhor para o produtor da Rede. O acesso ao mercado consumidor do produto, sempre feito através de outros mecanismos, conferia menos renda ao produtor, no entanto, a regularidade e confiabilidade das feiras locais, por mais que muito distintas na

operacionalização, são confluentes em concepção e atraem o mercado cada vez mais crescente do produto agroecológico, como exemplifica o recorte a seguir:

Só falando assim do fortalecimento de agricultura familiar, das feiras da rede, de como trabalhar agricultura agroecológica: a maior oportunidade para o agricultor foram essas feiras né?! Porque é a maneira que eles têm pra vender os produtos deles, quem não tem o S.I.F. [Serviço de Inspeção Federal] né?! E não pode vender pra grandes feiras

As barreiras enfrentadas para a comercialização dos produtos dessas feiras da Rede estão ligadas diretamente à dificuldade de procedimentos técnicos encontrados pelos produtores, as certificações exigidas necessitam de cuidados prévios, muitas vezes existentes, mas que são mal reproduzidos devido a pouca orientação aos produtores. O que os leva a ofertarem seus produtos apenas em feiras locais, sem grande abrangência territorial e estadual.

Mas, esse entrave tem diminuído, principalmente pela aproximação de centros de ensino e pesquisa como a UFERSA, UERN e IFRN, que cada vez mais estão capacitando os produtores da Rede e contribuindo para a melhoria nos procedimentos exigidos para as certificações. Assim, espera-se que, em breve, os produtos comercializados na Rede possam ter uma abrangência maior e, conseqüentemente, mais destaque e oportunidades para seus produtores.

A Rede busca outra alternativa, a comercialização que não seja tão predatória e que priorize os indivíduos, segundo sua Carta de Princípios:

Uma nova economia que tem na solidariedade seu pilar sustentador e se opõe a competição característica da sociedade capitalista, que exclui milhões de trabalhadores e trabalhadoras do direito de uma vida digna. [...] Que os financiamentos, a produção, a comercialização e o consumo devem se distanciar de todas as formas de exploração do trabalho, incluindo o trabalho infantil, ausência de salário digno, desigualdade salarial entre homens e mulheres, presença da figura do atravessador entre a produção e comercialização, dentre outras (REDE XIQUE XIQUE, 2004, p. 1).

Não é fácil proporcionar um modelo que albergue lucros e igualdade, e a Rede ainda divide lucros individualmente ou por núcleo, a renda é proporcional a quantidade de produtos vendidos por grupo nos núcleos, e por núcleo em toda a Rede. Dados apresentados por Nunes (2012), comprovam que existe uma desproporcionalidade de até 03 vezes na renda total por núcleo, ou seja, alguns núcleo ganham até 03 vezes mais que outros.

Mas as trocas em outros aspectos – trabalho, parceria, conhecimento – tem pareado mais seus membros. As diferenças nessas rendas são normalmente atribuídas à falta de assessoria técnica e financiamento.

Nessa dimensão, vemos outros aspectos interessantes da vida no campo, como a pluriatividade, através da qual apenas parte da renda advém do cultivo agrícola e outra parte

surge de outros meios, como se pode notar neste trecho quando perguntados sobre outras formas de renda: “Aí faz outros trabalhos...um bico aqui, bico ali...Não é um trabalho fixo. Outras atividades que buscam pra complementar porque só da agricultura não dá”.

Não ficou claro para esse estudo qual característica pode ser mais vinculada aos impactos na Sustentabilidade Econômica. Talvez por se tratar de um aspecto mais abrangente e que considere variáveis maiores que as esperadas, mas não houve confluência nos discursos sobre o tema.

As respostas mais frequentes, apesar de representarem poucas, se referiam à Economia Solidária e à Autogestão como principais motivadores de resultados positivos neste aspecto. Mesmo assim, não se assume para esse estudo relação direta entre estes.

4.6. POLÍTICA

Não tem como negar que sem o auxílio de políticas públicas a Rede Xique Xique enfrentaria grandes dificuldades, arriscando até não sobreviver. Desde sua fundação, a assistência de financiamentos e prêmios concedidos por diversos órgãos, governamentais e não governamentais, foi fundamental para a sustentação política, econômica e de produção. Os diversos projetos executados por esses órgãos em parceria com a Rede puderam fornecer o auxílio financeiro necessário para as reuniões do grupo gestor e dos núcleos, bem como financiamentos para a execução de projetos de produção.

Os encontros formativos, as participações em fóruns deliberativos e de debates em diversos níveis (local, regional, nacional e internacional), as feiras de apresentação, foram agentes impulsionadores para o desenvolvimento da Rede, como afirma um dos entrevistados “[...] a gente foi começando a participar, tendo os intercâmbios, as experiências, porque isso tudo ajuda muito né?! Porque sempre aonde você vai você sempre traz algo novo”. Todos esses eventos e participações contaram com a contribuição de algum movimento ou organização que coordenava, auxiliava, informava ou apenas oferecia apoio nos diversos níveis.

Uma fala destaca a dificuldade em conseguir se adequar as normas de algumas políticas, como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE:

[...] o impacto maior que a rede recebeu foi essa questão do selo porque os grupos que produzem a polpa de fruta tem uma venda, mas, aquela venda que é entre as pessoas da comunidade. Mas deixou de fornecer pro PAA, pra o PNAE, que era uma venda direta da produtora [...]

É fácil perceber as dificuldades encontradas pela maioria dos grupos produtores em se adequar aos padrões exigidos por essas políticas. Nenhum dos entrevistados, de diversos núcleos diferentes, informou estar participando do programa, quando muito chegaram a se cadastrar, mas foram descredenciados. A alegação é sempre a mesma, que o selo de certificação exigido não tinha sido obtido. É só a partir deste selo, fornecido por entidades credenciadas (institutos de pesquisa, universidades, faculdades, entre outros) que o produto agroecológico pode ser comercializado por esses programas.

Recentemente uma alternativa institucional tem sido desenvolvida para auxiliar na dinâmica de normatizações e adequações dos programas governamentais, a cooperativa da Rede Xique Xique, a CooperXique. É uníssonos a expectativa de todos os entrevistados no funcionamento dessa cooperativa, as falas se congregam na esperança de que a CooperXique desentrelace os enlaces burocráticos para a participação do pequeno produtor nos programas.

Em determinada entrevista foi apresentada uma indagação sobre como as políticas públicas e projetos sociais surgem nas diversas comunidades. A falta de diálogo contínuo e participativo, restringido a contribuição da sociedade, sobretudo dos mais impactados, é tema recorrente quando se aborda o tema sobre política. Esse pode representar um espelho do processo decisório da maioria dos municípios do nosso estado, como pode apontar o trecho citado:

Eu acho que o governo era pra sentar melhor, discutir melhor, ouvir melhor o pequeno produtor, porque na verdade quem chega lá que se faz de pequeno e se diz de agricultura familiar são os grandes fazendeiros [...]

Essa disputa pela sociedade tem levantado a debates na Rede sobre quais posicionamentos políticos eleitorais a Rede deve tomar. Apesar de apresentarem questionamentos importantes para a sociedade, ainda existem divergências quanto ao envolvimento político ou não. Essas divergências são polarizadas num conflito único: a participação política pode desvirtuar o objetivo da Rede ou pode ajudar na transformação da sociedade?

Enquanto alguns são favoráveis à opção pela disputa política institucional, outros preferem manter a distância. Os que são favoráveis defendem que com a participação mais efetiva da Rede numa disputa eleitoral existe a possibilidade de se garantir que demandas mais abrangentes dos pequenos produtores possam ser efetivamente garantidas. Já os que se opõem, afirmam que essa participação desvirtuará o trabalho da Rede influenciando para conflitos políticos “eleitoreiros” e exaurindo a possibilidade de garantir melhores condições de vida para seus membros. Para destacar esse debate:

O meu alvo é: Eu quero trabalhar pela sociedade. A luta da gente tem que continuar, o nosso alvo é esse aqui. Tem que combater a corrupção. Mas existem outras pessoas que a mente é diferente. Eu preciso, vou dar um exemplo, que me dê um saco de cimento. Meu voto vale um saco de cimento. Algumas pessoas são assim. Então existe essa divisão e a gente não conseguiu ainda abrir a mente da pessoa e mostrar que o voto não se troca por nada [...]. Acha que porque somos movimento não podemos ser políticos. Eu acho o contrário, já que somos movimento temos que mostrar a força na política.

Aqui, mais uma vez a formação dos membros foi lembrada como meio de libertação das práticas vigentes, de servidão e “apadrinhamento”, e troca de favores.

Eu acho que precisa preparar mais pessoas pra questão da política partidária. A gente sabe que tem que ter uma oposição política e a gente sabe que o partido que apoia ou não os nossos movimentos são os partidos do PT. Então no meu ponto de vista que se precisa e que tenha formação política, que prepare pessoas para que quando chegue na época de eleição ela esteja preparada e o movimento mesmo decidir ‘Olhe, em canto tal tem fulano, fulano e fulano, o que vocês preferem que seja? Fulano?’

O feminismo é outro marco fundamental para o desenvolvimento da Rede Xique Xique, como um dos pilares fundadores. A luta pela igualdade das mulheres aglutinou uma série de outros debates em construção que possibilitaram a essas ter mais autonomia e organização, sem, no entanto, perder a essência dessa disputa, como se pode constatar:

A gente tem também como parceiro nosso na discussão política de construção principalmente sobre a violência contra a mulher a Marcha Mundial das Mulheres, é um marco nessa discussão e a maioria das mulheres que se enquadra dentro da rede são militantes.

Não se pode ter produção agroecológica marcada com o sangue das mulheres

Sem dúvidas um dos maiores ganhos evidenciados nas entrevistas é a participação, o sentimento de propriedade do empreendimento, de efetividade nas decisões e de que por mais divergente que seja, a contribuição do membro será ouvida e levada em consideração. Um exemplo é o enorme esforço utilizado mensalmente para as reuniões do grupo gestor. Outros organismos, com mais recursos e necessidades, por muito menos não promovem reuniões de debates e deliberações com a frequência que a Rede Xique Xique promove.

Essas reuniões, que acabam por serem formações próprias, apresentam outros resultados, como a disseminação entre outros membros da propriedade coletiva, do senso de coletividade da sociedade.

Para a Sustentabilidade Política, a Rede apresenta a melhor de suas ferramentas, a participação coletiva. O funcionamento em rede gera uma dinâmica essencial para o desenrolar de diversas questões.

4.7. CULTURAL

As questões relacionadas a decisões são independentes em cada núcleo, havendo debates periódicos para resolução de conflitos, trocas de experiências, formação, pagamentos e recebimentos, todas essas atividades são realizadas em coletivo e com participação dos sujeitos.

As decisões são tomadas em assembleia. Tanto nos núcleos como do núcleo local. Todas as discussões são passadas na reunião mensal. Se surgir alguma coisa a gente chama né?! Porque sempre tem [...].

Apesar disso, nas reuniões de núcleo os assuntos entendidos como de toda a Rede são preservados para serem discutidos por todos em momento oportuno, seja na reunião do conselho diretor, seja num encontro de formação ou numa feira de participação maior.

A Carta de Princípios norteia os núcleos e suas decisões, mas em alguns casos, o núcleo cria suas regras específicas, mais detalhadas e discriminadas, sobre quais atitudes podem ser consideradas da Rede ou não.

A maior parte dos métodos alternativos vem de criações endógenas, derivadas das reuniões frequentes, das trocas que existem entre produtores e até com os feirantes, e muitas vezes com os próprios consumidores que buscam o alimento agroecológico.

[...] essa história de ter a diversidade é muito importante, pois você começa a adquirir conhecimento. Chega um buscador, uma pessoa “ah, mas você usa o que?” aí a gente “ah, a gente não usa produto químico” “ah, eu assisti no globo rural que leite é bom pra...” aí você já começa a ter esse diálogo na questão do novo, de renovar...”ah mas você não tem banana hoje?” “ah, mas eu tenho manga” “ah, mas a berinjela tem a mesma proteína da carne, você pode fazer ela...” Você troca receita. [...] aí através de algumas capacitações e formações que você vai participando, de intercâmbios, você vai percebendo que outras pessoas produzem diferente.

E sobre essa busca por métodos alternativos, as assistências técnicas são sempre destacadas, exigindo uma maior participação nos projetos que a Rede deseja desenvolver. Percebe-se uma necessidade da aproximação de conhecimentos técnicos científicos para os projetos existentes e futuros, e essa necessidade pode afirmar a falta de capilaridade que tais conhecimentos têm. Quando questionados sobre o desenvolvimento desses projetos, as declarações se alinham com a que vem a seguir:

É, EMATER, não tem como fugir... apesar de não andar junto com a Rede, porque a EMATER era pra funcionar junto com a Rede, mas não funciona. Em alguns cantos a gente tem a maior dificuldade na questão de técnico, não tem técnico disponível pra o próprio estado né?!

É neste ponto que essa dimensão mais se aproxima da dimensão política, pois aqui, mais uma vez, é a participação coletiva que apresenta os maiores impactos. Ela gera e

motiva o envolvimento de todos os membros da Rede, fazendo com que trocas possam existir e métodos alternativos possam nascer de construções coletivas. Se anexarmos aí o conhecimento técnico, possivelmente o resultado será positivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentar buscar uma alternativa mais Sustentável para o modelo de produção vigente é tarefa daqueles que não estão satisfeitos com os resultados do modo de produção capitalista moderno. Essa procura exige dinamismo e cooperação, além de ser um processo lento e que sofre e sofrerá muitas metamorfoses.

As diversas propostas apresentadas por modelos “fora do padrão” convergem num sentido: igualdade entre os povos e equilíbrio com a natureza, fatores que encontramos na Rede Xique Xique.

A professora Sandra Rufino apresenta ao final de sua tese:

A busca por uma nova cultura (não somente econômica e produtiva), com maior igualdade e justiça social, é uma tentativa de levar adiante novos projetos que possam vencer as dificuldades e os desafios que o sistema capitalista coloca como pontos de superação e transformação (RUFINO, 2005, p.144).

Exemplo claro dessa busca é a persistência dos pequenos produtores que compõem a Rede, superando obstáculos e desenvolvendo novas dinâmicas para sobreviver ao modelo tradicional de produção e comercialização.

É nessa persistência que se encontra, talvez, a maior fortaleza da Rede. Pois diante dos inúmeros entraves econômicos, sociais e políticos, os seus membros continuam a reforçar seus princípios e a apresenta-los a sociedade como propostas de novos valores. Mesmo que, por muitas vezes, as práticas não sejam as esperadas, mas a reafirmação do coletivo está sempre sendo priorizada.

Quando me refiro às práticas não esperadas, estou apresentando as contradições que são inevitáveis àqueles que “nadam contra a maré”. Exemplo disso é a existência de grupos produtores da Rede que ainda cultivam de forma convencional, com uso de agrotóxicos, ou ainda, aqueles que se submetem ao trabalho patronal, pela necessidade de obterem novas fontes de renda para garantir o “pão de cada dia”, por mais que contrapostas aos princípios defendidos por eles mesmos.

Essa contradição é compreensível quando se trata de sobrevivência, quando as necessidades básicas já foram violadas e faz-se indispensável submeter-se ao velho sistema de produção e trabalho para garantir as condições mínimas de vida.

Alguns podem cair na armadilha de submeter-se ao discurso endurecido e julgar avidamente sobre práticas e falação, mas um olhar mais aprofundado facilmente perceberá que quando existe esse distanciamento (entre discurso e prática) na Rede Xique Xique, ele certamente estará ligado ao fator necessidades da vida.

Essa reflexão, que se apresenta frequente quando se está em debates acerca de posicionamentos políticos e sociais, pode parecer rasa e ardilosa, mas em nada se aproxima desses adjetivos quando percebida no sofrimento diário dos mais pobres. O desejo de uma mudança fundamental no seio da sociedade existe e é latente para a grande maioria, mas a vontade de continuar sobrevivendo também, então não podemos negar a dualidade de se viver num modelo e propor outro.

A Rede Xique Xique tem apresentado de forma contundente e satisfatória uma alternativa de produção e organização do pequeno produtor agrícola, dotando-o de propriedade sobre seu trabalho e produção e aumentando a defesa pela qualidade de vida de todos.

Os grupos que compõem a Rede estão espalhando uma nova forma de organização e dando mais força ao trabalho coletivo, seja pela proliferação do debate, seja pela prática responsável do cultivo da terra.

Quanto aos objetivos deste trabalho, observa-se que a gestão da Rede Xique Xique tem grande impacto para a Sustentabilidade, em seus diversos aspectos. O modo como as decisões são tomadas e qual o modelo usado pela Rede para se organizar repercutem nos resultados das ações desenvolvidas.

Existem 03 características principais na gestão que podem ser observadas e que causam maior influencia para a Sustentabilidade na Rede Xique Xique, são elas:

1. A participação coletiva
2. A formação continuada
3. A independência dos núcleos

As decisões tomadas por todos os membros geram duas consequências importantes para a Rede. A primeira delas é a possibilidade de criações endógenas, nascidas dos debates internos e das propostas dos próprios participantes, conjugando os conhecimentos tradicionais populares com as necessidades atuais e os princípios defendidos pela Rede. A segunda é a geração de conhecimentos para todos, na medida em que quando uma proposta é debatida, todos têm acesso ao seu conteúdo, podendo opinar e sugerir.

Esse último ponto gera a necessidade de se ter mais conhecimento acerca dos temas abordados, sugerindo assim que momentos para trocas de experiências e formações sejam sempre realizados.

Essa formação continuada, seja ela interna ou com ajuda de parceiros – às vezes as oficinas, seminários, palestras, são realizados pelos próprios membros da Rede, havendo a

troca de conhecimentos – faz surgir a multiplicação do conhecimento e apropriação do produtor pelo tema abordado.

Geralmente, com a profundidade do debate, esse membro que está em processo de formação acaba por se tornar um multiplicador do discurso e da prática, gerando assim mais capilaridade para as ações e princípios da Rede.

Não distante, os membros da Rede ocupam papéis de liderança comunitária, fato que gera mais impacto da Rede e das suas ações, afinal o membro leva consigo o discurso e as atitudes que foram lapidadas nos debates e momentos formativos que vivenciou.

A independência dos núcleos foi uma alternativa quase natural que a Rede encontrou para aumentar a independência do produtor membro e, de certa forma, apropriá-lo de seu trabalho e participação na sociedade. A forma de se organizar em células semiautônomas traz reais possibilidades de criação própria dos núcleos e dos membros que se organizam em pequenos coletivos.

Outros fatores influenciam os impactos da Rede, mas quase todos podem ser associados aos três listados acima. O que provoca outras questões, onde a “individualização” completa o sentimento coletivo, e as diferenças são respeitadas e compõem o quadro maior que aperfeiçoa a Rede.

Outrossim, estas três características da Rede tocam as dimensões da Sustentabilidade abordados nesta dissertação, quando referem-se a diversos aspectos que estas características promovem nas dimensões da Sustentabilidade.

Por outro lado, não é incomum encontrar em pesquisadores a sensação de que existe algo faltando quando fazem considerações sobre seu trabalho. Não é diferente neste, diante dos inúmeros dados que foram apresentados e dos diversos pontos de vista que foram ouvidos. Este trabalho conclui-se com este sentimento.

Existem inúmeras informações e aspectos relevantes que foram observados durante esta pesquisa e que devem ainda ser trabalhados e apresentados em outros trabalhos acadêmicos. Mais estudos sobre como se dá o modelo de gestão da Rede e de outros empreendimentos, com resultados à Sustentabilidade, devem ser realizados. Lacunas nesta pesquisa evidenciam o que mais pode ser descoberto sobre os impactos que um modelo de organização tem sobre o meio.

A Rede Xique Xique representa uma ótima alternativa para um comércio mais justo e um modelo em equilíbrio com a natureza. E como todas as novas iniciativas, enfrenta diversas dificuldades de concepção e atividades.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1998.

AGUIAR, Geraldo M. *Agriculturas do Nordeste*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1985.

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, J. *Agriculteurs de la deuxième chance: un regard sur les (ré)actions de contestation et la mouvance alternative dans l'agriculture du Brésil Méridi- onal*. Nanterre: Université de Paris X, 1993. (Tese de doutorado.)

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. *Educação Agrícola Superior, Brasília*, v. 15, n. Especial, p. 51-85, 1997.

ALMEIDA, J. Significados sociais da agroecologia e do desenvolvimento sustentável no espaço agrícola e rural do Sul do Brasil. *Relatório CNPq*, Porto Alegre, set. 1995a

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, Miguel. Sustainability and the rural poor: a Latin American perspective. In: ALLEN, P. *Food for the future*. New York: John Wiley & Sons, 1993. p.193-209.

ANDRADE, M. C. de. *Agricultura & Capitalismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. 115 p.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21*. 2. ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1998

BASTOS, Fernando. *Uma reflexão sobre as Agriculturas Familiares*. Fundação Joaquim Nabuco, 2004.

CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação - a ciência, a sociedade e a cultura emergente. Trad. Álvaro Cabral, 15. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

CHACON, Suely. S. . O que é desenvolvimento sustentável? Definição da sustentabilidade para comunidades rurais carentes através do planejamento participativo. In: V Encontro

Nacional de Economia Política, 2000, Fortaleza. CD do Anais do V Encontro Nacional de Economia Política, 2000.

CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires (Argentina): Ediciones Nueva Visión, 1985.

COLOMBO, C. R. Princípios teórico – práticos para formação de engenheiros civis: em perspectiva de uma construção civil voltada à sustentabilidade. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: [s.n], 1991.

CÚPULA DA TERRA. Resumo da Agenda 21. Rio de Janeiro: Centro de Informações das Nações Unidas, 1992.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 1992.

EHLERS, Eduardo M. O que se entende por agricultura sustentável? São Paulo: Procam/USP, nov.1994. (Dissertação de mestrado.)

ELKINGTON, John. A teoria dos três pilares. Tradução de Patrícia Martins Ramalho. São Paulo: MARKRON Books, 2001.

FERREIRA, A. D. D. e BRADENBURG, A. (org.) Para pensar outra agricultura. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1998. 275 p.

FERREIRA, Ana Raquel Pinto Guedes. História do Movimento Ambientalista: A Sua Trajetória no Piauí. 2008. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste, Universidade Federal do Piauí, Teresina.

FERREIRA, Pablo. Assessoria de Imprensa da Fiocruz, <http://www.fiocruz.br/ccs/glossario/variola.htm> - acesso em 24/03/20011 - adaptado) in LUCCI, Elian Alabi *ett all*. Território e sociedade no mundo globalizado – geografia geral e do Brasil. São Paulo : Saraiva, 2005. p.316.

FILHO, Gilberto Montibeller. O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

GERMER, Claus M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. *Revista da ABRA*, Volume 31, n. 1, jan/abr 2002.

GOLDSTEIN, Ilana. Responsabilidade social: das grandes corporações ao terceiro setor. São Paulo: Ática, 2007.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. <<http://www.freewebs.com/danielbertoli/textos/texto16.pdf>>. Acesso em: 18 de abril. 2011.

GRAZIANO SILVA, J. et al. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOBBSBAWN, E. (1975). A Crise Geral da Economia Européia no Século XVII, in *Capitalismo, Transição*, Org. Theo A. Santiago, ed. Eldorado, Rio de Janeiro.

KAUTSKY, Karl. La Cuestión agraria: análisis de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia. México/ España/ Argentina/ Colombia: Siglo Veintiuno Editores, 1980.

LAMARCHE, H. Agricultura familiar: do mito a realidade. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LIMA, G. C. “O Discurso da Sustentabilidade e Suas Implicações Para a Educação”. *Ambiente e Sociedade*, Vol VI, nº 2, 2003.

MARCONDES, S. A. Brasil, amor a primeira vista. São Paulo: Peirópolis, 2005.

McCORMICK, J. Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa. Acesso em 10 dez. 2012, 10:30:00.

MORAES, J. G. L. (2000) Os aspectos da agricultura familiar e o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF. Anais do 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia – SOBER.

- MORAES, Maria Dione C. de. De Camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. *Raízes*, Campina Grande (PB), n. 17, junho/98.
- MOREIRA, Roberto José. Terra, poder e território. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Reimpressão em 2009.
- NETO, Francisco P. de Melo; FROES, César. Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- OLALDE, Alicia Ruiz. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. In: 26a Semana do Fazendeiro, 2004, Uruçuca. Semana do Fazendeiro 26a - Agenda Técnica. Uruçuca: CEPLAC/CENEX/EMARC, 2004. p. 36-39.
- OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Empresas na Sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- PELIZZOLI, M. L. A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)/BRA/ Agricultura Familiar no Contexto do Desenvolvimento Local Sustentável. Brasília, 1997.
- REDE XIQUE XIQUE. Blog da organização, <http://redexiquexique.blogspot.com.br>. Acessado em janeiro de 2013.
- ROMEIRO, A. R. Revolução Industrial e Mudança Tecnológica na Agricultura Europeia, . História, São Paulo, n. 123-124, p. 5-33, ago/jul., 1990/1991.
- SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n.43, p. 75-82, set/dez, 2001.
- SACHS, Ignacy. Debates. In: VIEIRA, Paulo Freire. et al. **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil**: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1998
- SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. Trad. M. Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), 1993, p. 24-27.
- SANTOS, M. J. (2000). Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. Anais do 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER.

SIDERSKY, Pablo. Sobre a especificidade do pequeno produtor (Textos para Debate). Rio de Janeiro (RJ): AS-PTA, 1991.

SILVA, J. Graziano da. Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, Pedro &

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.18, n.51, p. 7-22, 2004.

U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE. The basic principles of sustainable agriculture. Washington, D.C., 1991.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI. Rio de Janeiro, Garamond, 2005. Resenha de SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 7, n. 2, dez, 2004 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2004000200016&lng=en&nrm=iso, acessado em 27 Julho 2010.

WANDERLEY, Maria N. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de al

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

WAQUIL, P. D. (2000). Produção Agrícola Familiar no Brasil no Contexto de Integração Regional: Anais do 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER.

WHITE, L. (1962). *Medieval Technology and Social Change*, Oxford at the Clarendon Press.

ANEXO A – Carta de princípios da Rede de Comercialização Solidária Xique Xique

Carta de Princípios

O Espaço de Comercialização solidária é fruto de um amplo processo de construção coletiva, com a contribuição de um conjunto de organizações da sociedade civil que atuando em diferentes áreas luta pela autonomia e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Neste contexto, o objetivo principal do empreendimento é comercializar a produção de grupos organizados através do comércio justo e solidário que incentiva o consumo ético, onde consumidores e consumidoras conheçam e opinem sobre a forma de produzir e a qualidade dos produtos.

O espaço servirá para articulação e divulgação de uma proposta de socioeconômica solidária, entendida como um dos focos para a construção do desenvolvimento sustentável a partir da esfera local para o global, na perspectiva de um mundo melhor na atualidade e, sobretudo igualitário e justo para as gerações vindouras.

Através do estabelecimento de redes e cadeias produtivas solidárias, articulando produção, comercialização, consumo e assistência técnica entendida como uma forma do fazer econômico que visa a construção de novas conquistas onde os seres humanos sejam de fato a principal preocupação e definidores de todas as práticas que busquem a superação da economia dos mercados. Dessa maneira temos como princípios:

1. Uma nova economia que tem na solidariedade seu pilar sustentador e se opõe a competição característica da sociedade capitalista, que exclui milhões de trabalhadores e trabalhadoras do direito de uma vida digna;
2. Que os financiamentos, a produção, a comercialização e o consumo devem se distanciar de todas as formas de exploração do trabalho, incluindo o trabalho infantil, ausência de salário digno, desigualdade salarial entre homens e mulheres, presença da figura do atravessador entre a produção e comercialização, dentre outras;
3. Valorização do trabalho das mulheres e jovens, reforçando sua participação, através de uma política de ação afirmativa em todas as etapas do processo (buscando instrumentos que viabilizem a socialização do trabalho doméstico), respeitando suas diferenças sem gerar desigualdades de gênero e geração;

4. Tratando-se de produção agropecuária devem ser observados os princípios da agroecologia de: manejo sustentável do solo e água, valorização e resgate de culturas e sementes tradicionais, controle natural de pragas e doenças das plantas e animais, conservação e manejo dos ecossistemas aquáticos e integração das criações de animais no sistema de produção familiar diversificado;
5. A educação para o consumo ético objetivando o estabelecimento de relações de parceria entre consumidores e consumidoras, produtores e produtoras formando elos que visem o bem viver comum;
6. Os produtos comercializados serão avaliados por um processo de certificação participativa que envolva produtores e produtoras, técnicos e técnicas, consumidores e consumidoras orientados e orientadas por estes princípios.

POR TUDO REAFIRMAMOS QUE UMA NOVA ECONOMIA É POSSÍVEL! UM OUTRO BRASIL É NECESSÁRIO!

Mossoró, 20 de Março de 2004.